

**PSICOLOGIA E MORADIA:  
MÚLTIPLOS  
OLHARES SOBRE A  
QUESTÃO  
HABITACIONAL**

# PSICOLOGIA E MORADIA: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL



*Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06*

**PSICOLOGIA E MORADIA:  
MÚLTIPLOS  
OLHARES SOBRE A  
QUESTÃO  
HABITACIONAL**

*CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição*



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

## **Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6ª Região**

### **Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89 - Jd. América

05410-020 - São Paulo/SP

Fone: 11 3061-9494

### **Subsedes CRP SP**

Alto Tietê - (11) 2378-0326

Assis - (18) 3322-6224 ou (14) 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira - (13) 3235-2324 ou (13) 3235-2441

Bauru - (14) 3223-3147 ou (14) 3223-6020

Campinas - (19) 3243-7877 ou (19) 3241-8516

Grande ABC - (11) 4436-4000 ou (11) 4427-6847 ou (11) 4990-7314

Ribeirão Preto (16) 3620-1377 ou (16) 3623-5658

São José do Rio Preto - (17) 3235-2883 ou (17) 3235-5047

Sorocaba - (15) 3211-6368 ou (15) 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte - (12) 3631-1315

---

C755p Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

PSICOLOGIA E MORADIA: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A  
QUESTÃO HABITACIONAL. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São  
Paulo: CRP SP, 2019.

112 p.; 16x23 cm.

ISBN: 978-85-60405-55-8

1. Psicologia – Direito à Moradia. 2. Questão Habitacional. 3. Ocupações de  
Moradia. 4. Psicologia Social. 5. Psicologia Política I. Título

CDD 150

---

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

## **XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP SP (Gestão 2016-2019)**

### **Diretoria**

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos  
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott  
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva  
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

### **Conselheiros efetivos**

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 1º/03/2019 (PL 2068ª, de 16/03/2019)*)  
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 (PL 2068ª, de 16/03/2019)*)  
Edgar Rodrigues  
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 (PL 2051ª, de 20/10/18)*)  
Guilherme Rodrigues Raggi Pereira  
Larissa Gomes Ornelas Pedott  
Luciana Stoppa dos Santos  
Maria das Graças Mazarin de Araújo  
Maria Rozineti Gonçalves  
Monalisa Muniz Nascimento  
Regiane Aparecida Piva  
Reginaldo Branco da Silva  
Rodrigo Toledo  
Suely Castaldi Ortiz da Silva  
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)

### **Conselheiros suplentes**

Beatriz Borges Brambilla  
Beatriz Marques de Mattos  
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)  
Ed Otsuka  
Ivana do Carmo Souza  
Ivani Francisco de Oliveira  
Magna Barboza Damasceno  
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri  
Mary Ueta  
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)  
Rodrigo Fernando Presotto

## **Expediente**

### **Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional**

#### **Organização**

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas –

CREPOP – CRP SP

Grupo de Trabalho Psicologia e Moradia – CRP SP

#### **Equipe CREPOP CRP SP**

Beatriz Borges Brambilla

Edson Ferreira Dias Jr.

Brenda Dantas Barros

Jéssica Lima Batista

#### **GT Moradia**

Andreia Badan Fischer

Batsheva Adda Aschermann Siqueira

Beatriz Borges Brambilla

Bruno de Castro Santos Motta

Douglas Cardoso da Silva

Luis Eduardo Cobra Lacôrte

#### **Revisão**

Ricardo Ondir

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

#### **Coordenadora de Relações Externas**

Julia Rezende Ribeiro

#### **Comissão de Comunicação**

Ivani Oliveira

#### **Capa**

Wikimedia Commons - Kell Kell

# SUMÁRIO

- 8** Apresentação
- 11** A casa do sem-teto, a ocupação!  
**Welita Alves Caetano**
- 22** Um olhar crítico da Psicologia sobre a questão da Moradia:  
a possibilidade de um trabalho de atenção psicológica em  
ocupações de moradia  
**Batsheva Aschermann Siqueira**
- 35** O valor imensurável do direito à moradia  
**Antonio Euzébios Filho**
- 44** Habitação e Trabalho Social: desafios para a atuação  
profissional  
**Rosangela Dias Oliveira da Paz**
- 49** Moradia, Terra e Poder: Limites e Possibilidades das Políticas  
Públicas de Habitação  
**Douglas Cardoso da Silva**
- 63** Casas que derramam – No desassossego criar  
**Rafael Michel Domenes e Camila Issa**
- 77** A psicologia nos territórios: reflexões sobre moradia e  
subjetividades  
**Patrícia Farina**
- 81** O “problema” da falta de moradia no Brasil: estigma da  
pobreza e luta por dignidade  
**João Sette Whitaker Ferreira**
- 91** Um caminho das ruas  
**Darcy da Silva Costa e Luis Eduardo Cobra Lacôrte**
- 96** Prolegômenos para a dissolução de uma pedra de crack no  
sapato do Estado  
**Roberto Tykanori Kinoshita**

# APRESENTAÇÃO

Onde você está lendo este livro?

Você está lendo em sua versão impressa, sentado em seu sofá, depois de um banho?

Você está lendo em seu celular indo para o trabalho?

Ou, talvez, voltando do trabalho? Em caso positivo, você provavelmente tem para onde voltar depois do serviço.

Se esse é o seu caso, perguntamos, você tem uma moradia que pode chamar de lar?

Em âmbito global, por meio da Declaração dos Direitos Humanos, o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental. O Brasil, como todos sabem, é integrante da ONU e, portanto, pactua com o referido documento. Nosso país é uma República Federativa cujos objetivos fundamentais assegurados em seu Art. 3º da Constituição Federal são:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os valores mencionados no Art. 3º são referências tangíveis, mas parecem utópicos. Isso ocorre porque os meios para alcançar tais objetivos não estão definidos e postulados por decretos ou outras leis. O direito à moradia, o direito de ter um lar, pode parecer banal para quem tem um, seja uma casa própria ou alugada, contudo, é algo quase inalcançável para uma grande parcela da população brasileira.

A primeira questão que torna esse problema complexo é a falta de informações precisas a respeito do contingente de pessoas em situação de rua, ou enquadradas na situação de déficit habitacional. Considera-se déficit habitacional casos relacionados a pelo menos uma dessas quatro situações: domicílios precários (rústicos ou improvisados); situação de coabitação (famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos); domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total (excedente de aluguel); e domicílios alugados com mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo).

O IBGE e a PNAD não abrangem as populações que vivenciam o drama de não ter um lar. Ainda assim, algumas estimativas e dados estatísticos podem ser obtidos por meio de levantamentos governamentais, entre outros.

Os textos reunidos neste livro apresentam alguns dados e experiências atravessadas por esta realidade. Por meio de uma multiplicidade de olhares, a questão da moradia será abordada e discutida de diferentes ângulos. Serão apresentadas algumas narrativas de pessoas que vivem dilemas oriundos dessa situação, reflexões que discutem o alcance e as limitações dos programas governamentais, bem como se buscou coletar discussões que apontem diretrizes para atuação da Psicologia diante da atual conjuntura.

A propositura de organizar um caderno temático abordando essas questões teve origem a partir da provocação de psicólogas e psicólogos que atuam com habitação de interesse social e em movimentos populares de moradia. No bojo das discussões sobre o direito à cidade, foi fomentada a criação de um Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Moradia.

O Conselho Regional de Psicologia, em suas atribuições de orientação do exercício profissional das psicólogas e psicólogos, compreende que o presente material de referência possibilitará a produção de reflexões para a categoria sobre as significações que envolvem o presente debate.

Ao longo dos encontros e reuniões entre as psicólogas e psicólogos no CRP SP, do Grupo de Trabalho e da Comissão de Políticas Públicas, identificamos que sempre nos deparamos com as

questões relacionadas à moradia, o que se dá nos mais diferentes contextos de atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. Tal constatação nos convocou à reflexão, problematização e revisão do compromisso da Psicologia com a população que está em exposição ao chamado déficit habitacional.

A moradia, habitação, casa, lar, lugar, tem sido naturalizada como um bem de acesso a todos. Muitas vezes, no campo da Psicologia, temos produzido leituras que invisibilizam a dimensão subjetiva do morar, negando contradições que sustentam violentas formas de viver, que são expressões de processos de humilhação social e sofrimento ético-político. Faz-se urgente explicitar a dimensão subjetiva da questão social, perguntando: o que está por trás do direito ou não direito de morar?

A moradia é um direito historicamente negado ao todo populacional, resguardada diante da perspectiva hereditária, da manutenção dos interesses e privilégios das elites. A moradia foi e é negada aos grupos e às pessoas que são colocados como menos valiosos em nossa sociedade: mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas em situação de pobreza. Ou seja, pensar a interface da Psicologia com a moradia é pensar sobre os sentidos do viver, sobre as relações de pertencimento, sobre a produção de subjetividades negadas e de processos de desfiliação social, ocasionando a ruptura do tecido e de relações de solidariedade.

Como psicólogas e psicólogos, temos um dever ético de assumir nossos princípios fundamentais como horizonte para a atuação na interface com a moradia e a habitação. Morar significa, também, viver! Em nome de nossa defesa pelo direito de viver com dignidade humana, evocamos uma Psicologia que ofereça acolhimento às pessoas, que apoie a luta das trabalhadoras e trabalhadores pelo direito à moradia e que fomente processos grupais e individuais de emancipação.

# A CASA DO SEM-TETO, A OCUPAÇÃO!

**Welita Alves Caetano**

*É coordenadora do movimento de moradia e inclusão social filiado à frente de luta por moradia (FLM), liderança de ocupações na região central de São Paulo, conselheira municipal de habitação e cientista do trabalho.*

Os sujeitos sem-teto são seres humanos (às vezes a sociedade esquece, é bom lembrar) que têm emoções, percepções e muita imaginação, tanto é, que encontram meios para sobreviver em uma cidade extremamente impiedosa com os pobres, São Paulo. Eles trabalham muito, exercem funções em empresas terceirizadas, são aposentados, ambulantes, faxineiros, empregadas domésticas, vigilantes, porteiros, desempregados, etc. Ganham até três salários-mínimos e por essa razão não conseguem arcar com os aluguéis abusivos.

Portanto, esses sujeitos sofrem violência constantemente, física e subjetiva. Precisam escolher entre se alimentar ou pagar o aluguel, e dessa forma eles vivem o drama de a qualquer momento perder a sua moradia, a sua dignidade. A casa é onde o sujeito cria suas relações com o externo, sem ela, os seus direitos humanos e a sua felicidade estão ameaçados, como bem enfatiza Raquel Rolnik, quando defende que a moradia é a porta de entrada para os direitos humanos. Sem a casa, como assegurar a educação, saúde? Como garantir um trabalho, pois é necessário que ele tenha um endereço? Sem a casa, o sujeito não protege a sua intimidade, a sua humanidade.

Diante de um cenário desesperador e que não deixa outra opção para o trabalhador, o sem-teto busca resolver o seu problema eminente, ter um abrigo, para si e para a sua família. Muitos, sem nenhuma condição, são obrigados a viver em albergues ou até mesmo em situação de rua. Ocupar é a alternativa que esses trabalhadores encontram para resolver a suas necessidades urgentes, pois não podem esperar pelo dia de amanhã, não dá para aguardar em uma fila.

Acredito que muitos não compreendem o que significa a palavra direito. Na verdade, esta palavra, às vezes, é esvaziada do seu sentido e resumida a uma condição social e financeira; se o indivíduo tem recursos, então, o seu direito é assegurado, mas o pobre tem que viver com o que a vida lhe proporcionou, ou seja, a miséria. Todavia o direito à moradia é inerente e inalienável ao ser humano, “a casa é nosso canto no mundo” (BACHELARD, 1984). A casa é muito mais que um teto, ela é o lugar onde o ser humano se sente seguro para viver. Portanto, o sem-teto busca a paz de um lar. Lido diariamente com as dores, as alegrias, as esperanças de pessoas simples, que almejam ter um teto para morar.

A casa para moradia constituiu um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade. (FREUD, 1996, p. 42).

É violento viver na prática a busca por teto e não ter um lugar para descansar o corpo e a mente. Essa necessidade faz parte da constituição do sujeito desde a sua gestação, como defende Freud, ao se desenvolver no útero, o ser experimenta as melhores sensações desse espaço, tem o calor ideal, é aconchegante, é seguro, etc. Esse sujeito ao nascer neste mundo carrega em seu inconsciente o desejo de encontrar aquele lugar, como o útero, sua casa primeira. Ele encontra na casa a sua busca incessante.

A casa é um meta-símbolo, em primeiro lugar, porque ela substitui o útero, em suas funções de proteção, sendo uma extensão e um reflexo da maternagem. Em segundo lugar, porque, ao fazer isto ou por fazer isto, isto é a simbolização. A maternagem é tanto a fonte da simbolização quanto configura o primeiro símbolo. Devido a isto, a casa permanece como uma espécie de símbolo original: pois denota a origem-útero-terracavema- montanha e conota a vida relacional que está na origem do psiquismo humano. (RABINOVICH, E. P., 1997).

A necessidade humana bate em tantas portas aqui na cidade, mas estão fechadas; travadas pela burocracia do Estado e não há

interesse político para solucionar o problema da habitação. A cidade não acolhe da mesma forma todos os seus moradores, ela é gentil com alguns e cruel com tantos, ela nos faz lembrar uma bela música infantil de Chico Buarque “a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora”. Vivemos em um sistema em que a lógica do ter impera sobre o ser. A cidade, na mão de alguns poderosos, não deixa de seguir esse caminho, aliás, Ermínia Maricato afirma que a cidade é um grande negócio, e que a terra é uma mercadoria especial. É deixada de lado a beleza humana em troca de lucros. Negócios imobiliários urbanos avançam cidade adentro, sem pensar nos impactos na subjetividade dos indivíduos, seguem a toda velocidade arrancando a vida com seus tratores, em nome da riqueza e do tal desenvolvimento econômico. Os recursos públicos são destinados a investimentos nos setores privados, estão a serviço dos interesses do capital. Enquanto isso, a vida é reduzida a nada por ideologias, concepções dos de cima que convertem o direito em mercadoria. Tentam convencer a todo custo os sem-teto para esperarem em uma fila, quietinhos, até a “morte” chegar! Justificam tal crueldade culpabilizando a vítima: se não tem a casa, é porque não trabalhou o suficiente, é vagabundo, bandido, etc. Essa ideia é muito forte e, por muitas vezes, nos convence. Apesar de quererem a paz e ajudar a construir uma cidade democrática, o sem-teto é caluniado e sofre ataques constantes da grande mídia, do Estado, das forças repressoras e da própria sociedade. Quem os ataca não compreende que os sem-teto agem por estar em estado de necessidade, ou lutam ou morrem! Talvez não fisicamente, mas em sua subjetividade.

13

O direito precisa ser pensado para além do positivo, para além das questões objetivas, e principalmente do interesse econômico que esvazia a humanidade em nome de suas vontades desenfreadas por riquezas. Portanto, é preciso pensar o sujeito e a formação de sua subjetividade a partir da segurança de sua morada.

Precisamos ir além para enxergar a casa com sentido que ela realmente tem para o humano. “É necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos.” (BACHELARD, 1984).

Os sem-teto têm resistido e transformado os seus espaços em pequenas cidades de resistência. Nesses pequenos espaços, os sujeitos sem-teto têm mostrado como querem viver, sendo valorizado como ser; as relações de amizade são construídas e fortalecidas, e o espírito solidário é reacendido. Estão organizados e têm colocado o dedo nas “feridas” das contradições sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Eles têm levantado com muita força debates importantes para a cidade e muito contribuem para a construção de propostas para políticas públicas, pois estão inseridos nos conselhos de saúde, de habitação, de transporte, etc. As ocupações são as casas do sem-teto, ali têm se tornado espaços de construção de identidade. A casa é o lugar onde o ser humano habita, onde a casa habita o ser humano com todas as suas sensações, percepções e imaginações. “E é nestes lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se” diz Bauman (2009). É na paz do lar que o ser se desenvolve, se estrutura, é feliz.

A casa ocupação é transformada pelo sem-teto, o que era antes apenas uma necessidade individual, transforma-se em sua razão de viver, por si e pelo outro. Como diz o meu querido mestre: “a ocupação do sem-teto é um constante canteiro de obras” (DEL RIO, 2016). De fato, e nesses processos ocorre algo além da transformação de espaços antes sem vida. O sem-teto se transforma. O que antes imperava era a “humilhação social” (GONÇALVES FILHO, 1997), se vê, então, um sujeito político em formação.

Eu tenho vinte quatro anos de história nos movimentos de moradia do Centro de São Paulo, tenho orgulho de dizer que sou sem-teto, sou um sujeito em construção, político e humano, que age na realidade para construir uma sociedade mais humana. Mas esse sentimento não é só meu, compartilho as mesmas impressões com os meus companheiros de morada.

Muitos pensam que ocupação é um lugar sem vida, mas há ali muitas histórias, há muita humanidade. As crianças brincam pelos corredores (quando entro nesses espaços, ouço da portaria as suas risadas, me sinto como uma delas), estudam, arrumam confusões também, mas há um espírito solidário, onde todos cuidam de todos.

É lugar dos velhos, dos jovens, de homens e mulheres, que dividem, de certa maneira, o seu habitar. São mãos humanas agindo para mudar a sua própria realidade.

Tenho escutado muitas pessoas, para o meu trabalho de conclusão de curso, apesar destes anos no movimento, eu ainda não compreendia os impactos na subjetividade daquele que luta por seu direito a morar. Esta experiência tem sido muito rica. Tenho percebido que os sujeitos encontraram uma razão para viver na ocupação. Suas histórias estão marcadas por violência e sofrimento, às vezes, choro ao ouvi-las. Penso em como aguentavam tanto sofrimento? Como suportam uma narrativa que tenta arrancar a sua humanidade? Mas sinto uma ponta de felicidade quando relatam a suas experiências nas ocupações, não é mais com tristeza que falam, mas é com forte emoção (eu sei muito bem o que é sentir isso). Acredito que se veem a partir da luta, apesar das dificuldades, agora não estão mais em uma situação de passividade. Agora, eles são ocupantes e não estão sozinhos, têm os outros.

Todos os preconceitos enfrentados pelo sem-teto desde sua infância trazem impactos reais em seu desenvolvimento social. Eu sou um exemplo disso: eu nunca imaginei terminar uma faculdade, talvez imaginasse, não sei, mas estou terminando. E agora estou escrevendo este texto. Estou aprendendo a imaginar, a sonhar... “a imaginação, em suas ações vivas, nos desliga, ao mesmo tempo do passado e da realidade. Aponta para o futuro” (BACHELARD, 1984). Talvez você não entenda, mas ser um sem-teto tem lá as suas dificuldades, principalmente quando você é bombardeado por ideologias que lhe reduzem a nada. Mas aqui estou, e acredito que é importante apropriar-me de ferramentas de linguagem e de conhecimento para expressar as necessidades de alguém que não tem casa, e que você possa entender, ao menos um pouco, como é ser um sem-teto.

Não dá para falar dos sem-teto sem me incluir, eu sou um deles, com orgulho! Bachelard é uma fonte de inspiração, e concordo com ele quando diz: “Cada pessoa então deveria falar de suas estradas, de seus entroncamentos, de seus bancos. Cada pessoa deveria preparar o cadastro de seus campos perdidos.” (BACHELARD, 1957). Você me desculpe, talvez não interesse, mas vou contar um pouco

da minha vida, pode me escutar? Minha história é como qualquer outra história e cada um tem a sua; e eu gosto muito da minha, pois é responsável pelo resultado do que sou. Meu espírito se alimenta de histórias de seres humanos, cada indivíduo é um universo. Vou contar a minha com esperança, acreditando que contribuirei para que alarguemos a nossa consciência (escutei essa frase de uma querida professora) sobre o mundo do sem-teto e das ocupações.

Minha história começa assim, ou continua assim, pois todos os dias alguém me procura para contar algo parecido:

Nasci no Estado de Goiás, em uma cidadezinha chamada Petrolina de Goiás, mas meus pais logo me levaram para o melhor lugar do mundo, o campo. Não me lembro de ter muitas tristezas, pelo contrário, fui uma criança feliz. Meus pais mudavam pelo menos duas vezes ao ano para lugares muito diferentes, meu pai era lavrador e precisava estar onde era possível plantar e produzir. Por essa razão, não me lembro de um lugar com eles que tenha se tornado referência de morar. Porém, tenho lembranças maravilhosas da casa de meus avós. Lembro que eles moravam em uma fazenda no interior de Goiás, e sempre estavam ali, nunca se mudavam, transmitiam segurança, sentia que havia um lugar para onde retornar. Recordo-me perfeitamente de despertar logo de manhãzinha com a voz de meu avô ao fundo, era como uma melodia aos meus ouvidos. Não dá para esquecer aquele aroma de café torrado que perfumava a casa, e um leve cheirinho de pão de queijo amassado e assado na hora... ainda sinto o aconchego daquela casa!

As melhores histórias eu ouvi de minha avó materna, quando íamos dormir, ao som dos grilos e dos sapos, me contava histórias do saci-pererê, de assombração, de seres estranhos que comiam a língua de animais na noite escura; e que viviam logo ali, em um bosque em frente da casa. Aquele lugar e as experiências que ali vivi foram fundamentais para a minha infância, quando penso em lar, lembro-me daquele lugar seguro. São as minhas melhores lembranças da infância.

No ano de 1999, meus pais migraram para São Paulo. Como muitos migrantes e imigrantes, tinham a ilusão de vida melhor na cidade grande. Até entendo, não é fácil viver da lavoura, lembro-

me das vezes que perdemos tudo com a falta de chuvas ou com o excesso delas.

Ao desembarcar na rodoviária Tietê, pensei: que construção enorme! Agora estávamos em uma cidade que não cabia na minha imaginação. Na época eu tinha dez anos de idade, sentamos naqueles bancos do terminal e esperamos, pois o meu pai tinha ido procurar um lugar para ficarmos. As horas foram passando e ele não retornava. Tudo o que eu queria era uma cama para descansar depois de viajar por quinze horas. Ali eu percebi que não tinha mais o meu refúgio, minha sensação de paz logo se transformara em medo.

Meu pai chegou e disse: arrumei um lugar! E fomos para o nosso novo lar. Para alguém que viveu no campo por uma boa parte da vida, a cidade era uma grande novidade. Nos deparamos com as primeiras dificuldades, encontrar um trabalho para pagar o aluguel e adquirir o mínimo de estrutura, pois em nosso quarto de pensão havia apenas tapetes para dormirmos, e nada mais.

Logo não tivemos mais condições de arcar com os custos da moradia e alimentação. Pedimos ajuda à assistência social do município, pois a única coisa que desejávamos naquele momento era voltar para a nossa terra, de preferência, à casinha da minha infância, o lar da minha avó. Porém, nos disseram que era impossível nos ajudar; mas havia um lugar onde poderíamos nos abrigar (a única política do município era um albergue), não tínhamos outra opção.

Ali, apesar da gentileza das pessoas que trabalhavam, não era a minha casa. Não tínhamos controle sobre as nossas vontades, como e quando se alimentar, ou qual horário tomar um banho. Tudo era controlado por outras pessoas. Minha mãe e eu ficávamos em um espaço feminino, meu pai e meu irmão no espaço masculino. As quatro e trinta da manhã, acordávamos, tomávamos o café da manhã e às cinco e trinta tínhamos que sair, essa era a regra. Independente do frio, chuva, calor... não podíamos ficar no espaço.

Meus pais nos deixavam na porta da escola e iam trabalhar, eu e meu irmão ficávamos ali por mais uma hora e trinta minutos esperando a escola abrir. No fim de semana não tínhamos para onde ir, então, ficávamos na Praça da Sé. Eu e meu irmão, ainda criança, sentíamos muito sono. Meu pai nos acolhia em seu colo. Às ve-

zes, eu abria os olhos e via o esforço dele para manter-se acordado. Creio que sentia medo de dormir e algo de ruim acontecer conosco. Ele sempre nos protegeu como pôde.

A vida era difícil, mas meu pai e minha mãe se esforçavam para se manterem alegres e confiantes, mas sentíamos as suas preocupações.

Para ter um pouco de dinheiro, eles trabalhavam vendendo refrigerantes na rua. Quando saíamos da escola, íamos ajudá-los, pois não havia para onde voltar. Não ter para onde retornar é algo muito violento para um ser humano suportar. Era insustentável a nossa permanência no albergue. Sabíamos disso, mas não tínhamos nem dinheiro para voltar para Goiás, imagine ter um teto para morar.

Encontramos um lar! Minha mãe disse. Ficamos muito felizes, mas ela ponderou, é uma ocupação! Não fazíamos a menor ideia do que era um espaço ocupado. Não me esqueço de quando entramos no prédio na Rua do Ouvidor, n° 63, apesar de estranho, eu gostei. A cozinha era comunitária: café da manhã, almoço, jantar era servido a todos os moradores, tudo era coletivo. Era horário de almoço quando chegamos, estávamos com fome, meus pais nos serviram, depois fomos conhecer a nossa casa. Era um quartinho de madeira que cabia apenas dois colchões de solteiro. Mas eu estava feliz, estávamos todos juntos, meus pais, meu irmão e eu.

Aos quatorze anos, tive uma depressão profunda e fiquei por oitos meses sem sair de casa, não tive forças para continuar na escola e perdi três anos letivos. Apesar de ser tão jovem, eu já sentia as dores de viver em uma cidade que não nos acolhia, que nos condenava por habitar ali, numa ocupação, como se fôssemos culpados por não ter uma casa para morar. Mesmo com todo o esforço dos coordenadores em tornar aquele ambiente o melhor possível, eu tinha receio de contar a alguém da escola sobre a minha vida. Eu já sentia o desprezo por ser diferente das outras pessoas, a minha pobreza era muito evidente. Lembro que um dia alguns amigos decidiram me seguir para descobrir onde eu morava, eu percebi e me escondi em uma loja, só continuei o caminho depois de ter certeza de não estar sendo seguida.

Morei por oito anos nessa ocupação, eu me preocupava muito com o externo e não percebia que ao longo dos anos ocorria uma transformação na minha subjetividade, tão somente na vida adulta entendi o quanto essa experiência de vida foi importante para a minha formação enquanto ser humano.

As angústias, as preocupações e o desespero por não ter um teto eu conheço de perto, desde criança. Eu e meus companheiros lutamos constantemente para que nenhum ser humano (que bata à nossa porta) volte sem ter o seu problema resolvido, não é possível saber o que o outro está sentido e não agir. Aliás, nenhum ser humano deveria passar por esta vida e sentir a dor de não ter um teto. Gostaria de poupar todas as crianças da ocupação de qualquer conflito, para que elas se desenvolvessem felizes, na verdade, todo o nosso trabalho é para protegê-las.

Aos dezessete anos, voltei a minha casa da infância, pois a minha avó querida havia falecido, por essa razão, viajamos de avião. Era a primeira vez que via o planeta lá de cima, apesar de ver filmes, de ouvir falar, de ler; ver com os próprios olhos foi impactante para mim. Pensei: há tanta terra, há espaço para todos. Por que dessa ganância que destrói os sujeitos e a nossa casa terra? Não obtenho respostas satisfatórias, nada justifica, nada explica a situação deplorável em que vivem milhares de sujeitos, que passam a vida inteira trabalhando para no final, morrer, mesmo vivo. Não há dinheiro que pague a beleza que há nos seres humanos.

Permaneço no movimento, nas ocupações, não apenas como moradora, mas como liderança. Meu trabalho principal é construir com as famílias lugares para viver. Trabalhar para que elas tenham orgulho de sua casa ocupação, que se sintam em seu lugar íntimo, compreendam que a casa é onde elas podem construir-se como sujeitos, como (BACHELARD, 1957) diz: "...até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela".

Para entender o sem-teto é preciso ter simplicidade, humanidade e poesia, pois "Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração", já cantaram Os Titãs. A sociedade precisa voltar o seu olhar para este grave problema em que os trabalhadores de baixa renda vivem, pois muitos estão sendo destruídos todos os dias. So-

brevivem, não sei como, com um salário-mínimo. Precisam escolher entre qual das necessidades humanas sanar primeiro com os poucos recursos que têm.

Todos somos responsáveis um pelo outro, o não agir é se omitir. A nossa Constituição, no art. 135, afirma:

Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública... (CF, art. 135)

Os sem-teto não são criminosos, são vítimas, vivem em grave perigo iminente. É urgente a compreensão desse fato. Os juízes precisam entender que em uma decisão de reintegração de posse, no caso de uma propriedade antes abandonada por seu proprietário e sem função social, habita vidas humanas, é responsabilidade de toda a sociedade protegê-los. Há crianças, idosos, famílias que não têm outra opção na vida. “A sentença de reintegração de posse, na verdade, é uma sentença de morte para essas pessoas” (DEL RIO, 2016).

Esses sujeitos criam uma relação profunda com o seu lar, a ocupação, arrancar esses indivíduos do lugar onde habitam é violar a sua subjetividade, causando grande sofrimento. É um crime contra a humanidade.

Porém, durante o tempo em que vivemos nesses lugares, enquanto nos deixam um pouco em paz, produzimos muitas coisas. Diversos projetos são arquitetados e colocados em prática em conjunto com muitos parceiros. Construimos escolas, cinema, atendimento psicológico, creches, orientações de direito, cinema, biblioteca, atendimento na área da saúde, etc. Tudo isso ocorre porque há um grupo de pessoas que chegam e se doam: psicólogos, advogados, professores, pedagogos, arquitetos, estudantes, etc. Nesse movimento entre o sem-teto, a academia, profissionais de diversas áreas e voluntários resulta em conhecimento na prática, todos aprendem e todos ensinam, é transformador, ninguém sai o mesmo dessas experiências!

## Referências

BACHELARD, G. **A poética do espaço** (Tradução Antônio da Costa Leal e Lidia do Valle Santos Leal). 2. ed. São Paulo: Victor Civita, 1984. Coleção Os pensadores.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. P. 35.

DEL RIO, M. **No meio do redemoinho**: A luta é sempre. 1. ed. São Paulo: Casa flutuante, 2016.

FREUD, S. Mal-Estar na Civilização. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição *standard* brasileira (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GONCALVES FILHO, J. M. **Humilhação social** – Um problema político em psicologia. Dissertação de doutorado, 1998. Disponível em: <[www.ammapsique.org.br/baixar/humilhacao-social.pdf](http://www.ammapsique.org.br/baixar/humilhacao-social.pdf)>. Acesso em: 02 jul 2019.

RABINOVICH, E. P. **A casa como símbolo**: A relação mãe criança. Dissertação de doutorado, 1997. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/47086109-A-casa-como-simbolo-a-relacao-mae-crianca-the-house-as-symbol-the-mother-child-relationship.html>>. Acesso em: 02 jul 2019.

# UM OLHAR CRÍTICO DA PSICOLOGIA SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA: A POSSIBILIDADE DE UM TRABALHO DE ATENÇÃO PSICOLÓGICA EM OCUPAÇÕES DE MORADIA

***Batsheva Aschermann Siqueira***

*Graduada em psicologia pela PUCSP, membra da comissão de Políticas Públicas do CRP SP, aperfeiçoamento em Fenomenologia Crítica pelo Instituto Sedes Sapientiae, atuação em psicologia clínica e psicóloga apoiadora da Ocupação Independente Aqualtune.*

Para tratar a interlocução da psicologia e a questão da moradia, é importante frisar que temos como princípio uma psicologia com compromisso social, que considera a atuação e produção de conhecimento na nossa área como algo sempre vinculado à sociedade em que está inserida e que, portanto, deve acompanhar e se transformar de acordo com as demandas da população. É a partir dessa premissa que o problema da desigualdade e segregação socioespacial se mostrou como mais uma área de investigação e atuação da psicologia. Assim como outros, esse é apenas mais um ponto cego da nossa profissão, que historicamente construiu seu terreno quase que exclusivamente sobre o campo simbólico, privado e individual do sujeito. Neste texto, temos como tentativa a construção de uma discussão que considere também o atravessamento do campo social e político na experiência do sujeito que somos e nos debruçamos. Para isso, primeiramente apresentaremos um olhar crítico da psicologia sobre a questão habitacional no Brasil e, então, apresentaremos nossa experiência como psicólogas apoiadoras da luta por moradia digna e os atendimentos psicológicos que realizamos em duas ocupações de moradia da cidade de São Paulo.

Considerar o campo social e político significa atentar às questões estruturais da nossa sociedade, como a desigualdade social, pobreza, racismo, machismo, homofobia, transfobia, etc. Por essa realidade e esses valores serem tão estruturais e enraizados, nós, enquanto categoria, devemos estar sempre atentas para que as demandas que chegam até nós não sejam vistas por esse prisma, mas sim compreendendo e problematizando este. Temos que estar sempre em uma posição crítica e cuidadosa para trabalhar no sentido da transformação social e na melhoria da condição de vida da população, entendendo que o discurso da pessoa que está na nossa frente, além de simbólico e singular, tem também uma raiz política, um mundo social que constitui a experiência subjetiva dela.

Especificamente ao tratar sobre a temática da moradia, é necessário considerar o problema habitacional como algo sério no país, construído e aprofundado historicamente, atravessando e sendo atravessado por diversas outras desigualdades. Por mais gritante e escancarado que seja, não é apenas para a psicologia que o problema habitacional é imperceptível. Em uma sociedade que ainda não conseguiu superar suas heranças escravocratas, racistas e preconceituosas, a questão da moradia pouco interessa. Ela não é uma questão para as camadas de cima da nossa sociedade, para aqueles que escolhem a casa e a região em que vivem. Ela é vivida pelo pobre, pelo desempregado, pelo imigrante recém-chegado e desamparado, pela mulher vítima de violência que teve de sair de casa, a trans que não encontra emprego, a mãe solo que não consegue sustentar sua família. Para todos estes, e muitos outros, o problema da moradia se mostra diariamente. É um problema que atinge a população pobre, população essa majoritariamente negra, mas também outras populações marginalizadas. São pessoas que, à margem de muitas condições básicas de vida digna, não têm como adquirir uma casa, pagar um aluguel, ou pagar um aluguel e outras necessidades básicas.

Nesse sentido, consideramos também como problema habitacional pessoas que moram muito longe de seus empregos e que, por conta da especulação imobiliária do Centro e Centro expandido, estão sendo cada vez mais empurradas para as periferias da cidade,

onde há menos empregos e a estrutura de serviços públicos é mais precária. Quer dizer, os que mais precisam dos serviços e dos equipamentos públicos são os mesmos que têm menos acesso a eles. O problema habitacional diz sobre a inadequação das condições básicas para uma vida digna como um todo, transcendendo a questão de ter um teto, simplesmente. A ênfase na população atingida é feita propositadamente para mostrar que o déficit de mais de 7 milhões de moradias no Brasil<sup>1</sup> não atinge “vagabundos”, mas trabalhadoras e trabalhadores, estes que fazem o centro urbano funcionar e que, para isso, são sujeitados a horas de deslocamento diário. São essas as pessoas que se encontram em ocupações de moradia, em cortiços e nas áreas periféricas da cidade.

As medidas do Estado para resolver o problema habitacional são políticas habitacionais que se dobram para o lucro de grandes construtoras, que constroem conjuntos habitacionais distantes dos centros da cidade, ou seja, longe do emprego e da infraestrutura que a população utiliza no seu cotidiano. Criando quantitativamente um grande número desses conjuntos, independentemente de como qualitativamente eles resolvem o problema da habitação, é possível fazer propaganda eleitoral. Quer dizer, as próprias políticas que propõem tratar desse problema e garantir o acesso à moradia digna são excludentes e vão na contramão da dignidade e da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, os cidadãos pobres não têm chance de usufruir o que é prometido como direito fundamental. Sobre isso, Dagnino, pesquisador que apresenta o conceito de cidadania como ação ativa e coletiva, diz que “ausência de lugar físico contribui para desvelar a realidade de seu lugar social como lugar de não existência, o lugar daqueles que não possuem direitos” (DAGNINO, 1994, p. 70). Nós, psicólogas e psicólogos, devemos entender a moradia como a base para uma vida digna, que atravessa muitos outros direitos básicos que também são constitucionalmente prometidos: segurança, saúde, educação, trabalho. Não é possível trabalhar ou estudar se não

---

1 Baseado nos dados de 2017 levantados pela PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional brasileiro comporta 7.770.227 unidades. <https://www.abrainc.org.br/setor/2019/01/28/necessidades-habitacionais-tendencias-para-os-proximos-dez-anos>.

existe um lugar seguro onde se pode dormir e descansar. Com isso, queremos mostrar que todos os direitos são diretamente comprometidos se não há uma condição digna de moradia.

Para além de toda essa negligência, as pessoas que sofrem a negação de todos esses direitos ainda são violentadas pelo preconceito e estigmatização de estarem nessa condição. A psicologia e outras áreas de conhecimento, em grande parte, correspondem à lógica excludente e fazem a manutenção desse estigma quando justificam de forma isolada e descontextualizada o porquê de o indivíduo se encontrar em uma determinada circunstância. Por isso, não podemos cair na tradição da psicologia que sempre investiu seus esforços sobre os interesses dominantes, que individualizam, naturalizam, patologizam e estigmatizam a pobreza em suas mais diversas facetas, enxergando o sofrimento de um indivíduo como algo isolado da realidade vivida por ele.

Socialmente, a pessoa que paga por uma propriedade é vista como merecedora dessa conquista independentemente do uso que faz dela. O proprietário de um imóvel ou terra trabalhou e pagou por aquilo e, assim, ele tem o aval social de utilizar como bem entende ou, se preferir, não utilizar. É muito comum que proprietários escolham por deixar seu imóvel vazio e ocioso até que este valorize no mercado imobiliário. No entanto, um imóvel ou terreno ocioso, que não cumpre uma função social<sup>2</sup> –, ou seja, qualquer tipo de utilização, seja para fins comerciais ou residenciais –, assim como as propriedades com IPTU em débito, estão em condição ilegal. Logo, as pessoas e movimentos que ocupam o espaço ocioso e irregular pela necessidade de moradia não deveriam ser vistas como criminosas. Pelo contrário, são pessoas que estão lutando por aquilo que é prometido como direito para elas,

---

2 O direito de propriedade, sempre foi resguardado pelas constituições, no entanto, foi a partir da constituição de 1934, que sinaliza a função social como princípio garantidor do direito de propriedade. Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. [...]§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/caracterizacao-da-funcao-social-da-propriedade-urbana>.

notificando a ilegalidade de muitas propriedades que passam impune por conta de interesses privados e mercadológicos. O intuito de ocupar não é necessariamente ganhar aquela propriedade ocupada, mas sim reivindicar que o espaço urbano seja administrado segundo as leis previstas, garantindo que as medidas criadas para habitação social e acesso à cidade sejam cumpridas. Mas, como vivemos em uma sociedade que valoriza o capital e não os direitos, no imaginário social, quem está errado é sempre aquele que não tem dinheiro, aquele que não conquistou sua propriedade: aquele que ocupa, que mora na rua, no cortiço, nas favelas e, também, aqueles que lutam pelos seus direitos.

Nós entendemos que os processos subjetivos e singulares dos indivíduos não podem ser compreendidos isoladamente, dissociados dos aspectos políticos. Existe uma visão generalizante e preconceituosa sobre aqueles que não têm onde morar, desde a pessoa que vive em situação de rua, que pode ser considerada a expressão mais dramática da vulnerabilidade social que tange à questão da moradia, até aqueles que moram em ocupações, cortiços ou periferias. É por meio do estigma de “vagabundos”, “preguiçosos”, “drogados” que o mundo enxerga essas pessoas. É também a experiência violenta desse estigma que compõe a subjetividade das pessoas para quem o Estado nega o direito de uma moradia digna. Essa lógica meritocrática é a mesma lógica que apaga o fato de a moradia digna ser um direito de todas e todos, visto que entende a proteção social, a saúde, a educação (entre outros) como algo a ser adquirido ao longo da vida de acordo com uma ascensão social e econômica pessoal, como um bem de consumo.

26

A psicologia pode ser potente no sentido de desnaturalizar esta e outras visões, desconstruindo generalizações que percorrem a experiência diária dessas pessoas, visão que é externa, social, mas que, sem um pensamento crítico, é internalizada pela população, pelas próprias moradoras de ocupações, por exemplo, que muitas vezes se enxergam como alguém que fracassou nessa conquista. Entendendo dessa forma, o Estado é desresponsabilizado, atenuando seu dever de prover algo que é básico: a proteção do corpo, a base da dignidade humana.

Como atuar diz respeito a técnicas apropriadas para determinados contextos e populações, podemos construí-las no decorrer do processo de nossas intervenções, não levadas prontas, aplicadas de forma descontextualizada. A psicologia, historicamente, produziu quase que exclusivamente técnicas e práticas terapêuticas para elite, prática que muitas vezes não faz sentido algum para outros ambientes e populações.

Ter em mente um compromisso com a transformação social significa práticas psicológicas não categorizantes, individualizantes, patologizantes, excludentes ou classicistas, mas que compreendam e atuem sobre os processos psicossociais que envolvem os cidadãos. Devemos, enquanto profissionais da saúde, pensar também uma ação com os serviços da rede pública: com os equipamentos de educação, saúde e assistência social, na perspectiva de promover autonomia e protagonismo daquele que é cuidado, entendendo a pessoa acolhida como um cidadão, um sujeito ativo e de direitos, que pode e deve reivindicá-los.

## **O nosso trabalho**

A escolha por apresentar esta contextualização em tom crítico não foi tomada ao acaso. Ela foi construída ao longo de nossa experiência enquanto psicólogas em ocupações de moradia nos últimos três anos. No encontro com a luta por moradia digna, com militantes, coordenadoras e coordenadores de ocupações, moradoras e moradores, percebemos que não seria possível adentrar esse espaço e desenvolver um trabalho clínico sem antes habitar o prédio e conviver com as pessoas que nele viviam. Foi por meio de um pedido da coordenação da Ocupação Maria Carolina de Jesus Resiste para um cuidado psicológico que entramos em contato pela primeira vez com um prédio ocupado. Coordenadores e apoiadores dessa ocupação eram procurados por moradores que pediam por um espaço de acolhimento para tratar de assuntos pessoais diversos e, sentindo-se inaptos para esse acolhimento, escolheram recorrer a nós para pensarmos em conjunto um trabalho de atenção psicológica. Nessa primeira conversa, palavras como “instável”, “emergente” e “fluido” foram usadas pelos próprios coordenadores e apoiadores para nos

apresentar o ambiente que estávamos prestes a entrar. Deixamos em aberto o formato que nosso trabalho teria e optamos por frequentar o prédio e conhecer os moradores, para, a partir disso, desenvolver um trabalho que fizesse sentido para eles.

Assim, ao longo de cinco meses, estivemos imersas no cotidiano do local, realizando visitas semanais, inseridas em diferentes atividades que envolviam os moradores, apoiadores e representantes do movimento de moradia, tais como oficina de pães, oficina de cozinhas, reuniões gerais, roda de conversa com as mulheres moradoras, oficina de fotografia para as crianças, dentre outros eventos importantes para a ocupação, como algumas datas que marcaram o processo de reintegração de posse do prédio. Descrevemos esse momento como uma primeira aproximação com a vida daquele espaço, nos fazendo existir em meio a essa vivência cotidiana, nos apresentando como psicólogas, atentas e abertas para ouvir o que emergia como pedido, para até mesmo entender que sentido e qual caráter poderia ter esse atendimento, a princípio amorfo. Investigamos acerca do sentido do pedido inicial, não somente em meio a experiências coletivas, mas também em conversas individuais a partir de uma escuta autêntica e desalojada, acolhendo a compreensão de que o território de que partimos era o próprio desalojamento dos acontecimentos.

Com a nossa inserção, compreendemos que ao mesmo tempo em que os moradores pediam por um espaço de atenção psicológica, estes diziam ter um “pé atrás” com psicólogos e, aos poucos, fomos entendendo a história por trás desse medo e desconfiança. Das conversas que decorriam de nossa apresentação enquanto psicólogas, percebemos que o medo vinha exatamente da dificuldade de criar um vínculo que dependesse da estrutura e da postura conhecida da psicologia, ou seja, um *setting* clínico convencional: um horário semanal fixo num espaço fechado e protegido, bem como uma postura do profissional que exige do paciente essa disponibilidade como o mínimo necessário para um acompanhamento. Ou seja, enxergamos que não fazia sentido para um lugar marcado pela urgência e transitoriedade, a transposição de um consultório convencional, uma vez que dificilmente as pessoas

conseguiriam “aderir” ao acompanhamento da forma como esse atendimento clínico propõe.

Teríamos então que criar um atendimento e uma postura que dialogasse com as demandas do lugar e que realmente alcançasse as pessoas de lá, um atendimento que respeitasse aquele espaço: um espaço que ao mesmo tempo em que é coletivo é onde as pessoas também se recolhem e constroem sua vida privada; um espaço que ao mesmo tempo em que é atravessado por diversas rotinas familiares e de trabalho, é também marcado por uma insegurança constante em relação a essa rotina e espaço; um espaço de luta e resistência que sofre constantes ameaças e tem que lidar com emergências diversas.

Na tentativa de acolher e respeitar essas especificidades, encontramos no Plantão Psicológico (MORATO, 2016), uma modalidade clínica desenvolvida no Laboratório de Estudos de Fenomenologia Existencial do Instituto de Psicologia da USP, a inspiração para construir o nosso atendimento clínico e a Cartografia Clínica (idem) como um modo de se aproximar e compreender o território que estávamos ocupando. Entendemos esses primeiros meses de imersão como Cartografia Clínica (MORATO, 2006), uma contextualização ininterrupta que tenta acompanhar os sentidos que se constroem no cotidiano que participamos, desde sentidos mais rígidos e antigos, até sentidos construídos e revelados no dia a dia. Apesar de a Cartografia Clínica ser uma etapa inicial para a compreensão de qualquer espaço em que o Plantão Psicológico acontece, ela é compreendida como um modo de constante aproximação com a comunidade moradora do prédio ocupado, não uma contextualização prévia ou distanciada dos nossos atendimentos. A Cartografia pode ser entendida como um processo compreensivo em que a queixa inicial pode ser entendida mais profundamente, entendendo que “nunca se escutam queixas puras, mas já mescladas no caldo interpretativo de sua realidade, no qual se forjam as relações da vida em situações com outros nos cenários do cotidiano” (BRAGA; MOSQUEIRA; MORATO, 2012).

Foi no contato com a proposta do Plantão Psicológico que nós encontramos uma forma de nos aproximar com a singularidade da-

quele espaço e construir, por nossa experiência, uma disponibilidade para escuta e acolhimento na ocupação. Essa forma de estar disponível diz sobre um exercício e uma postura de rever e desconstruir os *a priori* da própria prática clínica tradicional. Segundo Morato (2016), o Plantão Psicológico não tem um formato *a priori*, mas um formato que se desenha no encontro do plantonista com aquele que o procura, considerando que ambos são afetados pelo território em que se encontram. Não é um atendimento que se configura previamente, mas um encontro que se desenha na peculiaridade do espaço compartilhado por ambos.

(...) em quaisquer contextos é possível manter-se em plantão: ocorrendo publicamente, em áreas de grande circulação, sem isolamento acústico, nem visual, os plantonistas, gradativamente, firmam-se como a própria sede do plantão nas instituições em que ocorre. Os atendimentos sustentam-se entre fala/escuta tensional do plantonista e de quem sofre: uma modalidade da clínica psicológica não estruturada, como tradicionalmente, apenas para atender agilmente queixas pautadas pela temporalidade estrita, mas distinta pela procura urgencial daquele que sofre. (BRAGA, MOSQUEIRA, MORATO, 2012, p. 558).

Apresentamos para esse coletivo de luta por moradia a possibilidade dessa modalidade de atendimento que, como a própria ocupação, se mantém aberto para o inesperado, moldando-se de acordo com as necessidades. Sobre nossa disponibilidade, Fischer (2019) diz:

30

Assim, estamos escutando as pessoas e o lugar que elas moram de forma indissociável, sem a pretensão de estarmos protegidas ou seguras em relação a afetações. Somos afetadas, pois compartilhamos esse mundo no momento em que estamos coexistindo nesse espaço, nessa forma de nos dispor, e o que nos revela emerge da nossa experiência. (p. 81)

Nesse modo de estar, participamos das reuniões mensais com os apoiadores e coordenadoras da ocupação e estabelecemos quarta-feira, das 18h às 20h, como o período em que estamos disponí-

veis para qualquer moradora ou morador, sem a obrigatoriedade de uma continuidade de atendimento ou de um formato específico, mas sempre com o compromisso do sigilo. De forma geral, nos localizamos no corredor central do primeiro andar, um espaço parecido com uma sala, onde ficam algumas cadeiras e um sofá, um local de passagem de todos que entram e saem, mas, na verdade, passamos a maior parte do tempo circulando pelas casas e corredores da ocupação. Colocamo-nos à disposição para atender individualmente, quando necessário, assim como atendemos a família ou vizinhos conjuntamente; atendemos dentro de casa, no espaço coletivo ou nos arredores da ocupação; agendamos atendimentos futuros para acompanhar algumas demandas quando se faz necessário, mas também fazemos atendimentos pontuais; estamos disponíveis para sermos procuradas nos corredores das ocupações, assim como fazemos uma busca ativa quando percebemos que existe uma dificuldade em procurar cuidado. Enfim, tentamos fazer com que o encontro entre nós e os moradores seja o próprio *setting* terapêutico, aquele que consiga acompanhar as diversas situações e formatos que surgem para nós como demanda.

O plantão se revela no plantonista, fazendo do *setting terapêutico* não o espaço físico, mas a relação estabelecida entre psicólogo e aquele que busca o plantão: é por elaboração da experiência que o plantonista se reconhece sendo ele mesmo a “sede” do Plantão (MORATO, 2016, p. 200).

No decorrer de nossa experiência, percebemos que as mulheres eram as principais agentes organizadoras da ocupação, desde a coordenação até as atividades cotidianas, desde a participação na limpeza dos espaços coletivos e privados, até as decisões tomadas em assembleias, onde a presença e participação das mulheres também se destacava. Eram também as moradoras mulheres que mais buscavam o espaço de atenção psicológica: em grande parte, mães que, a princípio, demonstravam preocupações em relação as/aos filhas/os, mas que no decorrer dos atendimentos foi se expandindo para temas *diversos*. As crianças e adolescentes do prédio, aos poucos, também foram nos procurando em busca

de acolhimento, muitas vezes, dizendo sobre a família, sobre a escola, mas também sobre experiências diversas.

Sobre as mulheres, pudemos sistematizar alguns temas comuns que percorriam as diferentes narrativas, como: se sentir sobrecarregada nas tarefas relativas à casa – entendendo que a casa, nesse contexto, é também um espaço político e coletivo de habitação –, a sensação de solidão e sobrecarga nos cuidados com as/os filhas/os, a preocupação com a educação formal e informal das crianças e adolescentes, a vivência do preconceito por morar em ocupação, dificuldades em relação à convivência descrita como “intensa” e “cansativa” com as outras famílias do prédio, a preocupação em relação à possibilidade de despejo do prédio em que moram, o sofrimento por viverem ou já terem vivido diferentes formas de violência doméstica ou outras violências que se fundamentam na opressão por gênero estrutural na sociedade, entre outros. Os sofrimentos trazidos pelas moradoras, de forma geral, eram sempre atravessados pela estigmatização que sofrem por serem moradoras de ocupação e também pela condição de ser mulher na sociedade em que vivemos, condição que diz sobre uma solidão no que tange aos cuidados relativos à casa, à dificuldade de adentrar e ser valorizada no mercado de trabalho e inúmeros assédios sofridos cotidianamente – na rua, no trabalho, no transporte público e na própria ocupação. Observamos diversas vezes, por exemplo, a dificuldade sofrida pelas coordenadoras de serem respeitadas em suas decisões pelos outros moradores, de serem escutadas durante as assembleias ou mesmo serem ameaçadas física e emocionalmente por moradores que não concordavam com suas decisões, tendo sua autoridade questionada.

Das narrativas das crianças e adolescentes também emergiam temas comuns: questões relativas a conflitos familiares, preocupações com as famílias por medo de serem despejados do prédio, dificuldade de convivência com outros moradores – crianças ou adultos – somados à sensação de ser obrigado a conviver, sofrimentos que se fundamentavam na experiência do preconceito vivido por habitar uma ocupação de moradia ou outras queixas atravessadas por racismo e misoginia.

Entendemos que, embora singulares, as narrativas construídas nos encontros revelam também sentidos comuns que dizem respeito àquele grupo: a estigmatização sofrida por eles por serem pobres, em grande maioria negros; a estigmatização de “invasores”, “criminosos”, por ocuparem propriedades que não podem pagar (ou seja, vistos como não merecedores, como aproveitadores); a dificuldade de encontrar emprego e, quando encontram, a precarização comum de seus trabalhos; as mães solo que têm suas possibilidades de vida restringidas por conta da alta demanda familiar; crianças e adolescentes que sofrem as mais diversas agressões de colegas e funcionários da escola, que os enxergam pelo olhar preconceituoso e acríptico sobre a questão da pobreza e da luta por moradia.

Nós, psicólogos, temos o dever de direcionar nossa atuação para a construção de uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e excludente. Devemos entender sensivelmente que para além da singularidade humana, todo sofrimento tem uma raiz política. Quanto mais nos aproximamos da realidade social de forma crítica, mais nítida se torna a relação e a correspondência entre a violação de todos esses direitos e o sofrimento vivenciado pelas pessoas. Por isso, é dever da psicologia pensar a questão da moradia e dos outros direitos básicos como algo que diz respeito à vivência e ao sofrimento da população. Temos que ter a clareza de que, ao atuar e produzir conhecimento, interferimos e transformamos a sociedade e, assim, nos perguntar se por meio das nossas práticas estamos colaborando para esse projeto de desmonte de direitos ou se atuamos para a garantia deles, na tentativa de transformar a realidade desigual que gera esse sofrimento.

## Referências

BRAGA, T. B. M.; MOSQUEIRA, S. M.; MORATO, H. T. P. Cartografia clínica em plantão psicológico: Investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. *Temas em Psicologia*, 2012. p. 555-570.

DAGNINO, R. “Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa” **Política e Sociedade - Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v. 1, n. 5.

FISCHER, A. B. “A experiência de mães em ocupações de moradia: um olhar político e fenomenológico”. São Paulo, 2018.

MORATO, H. T. P. Por entre plantão psicológico e ação cartográfica clínica pelos “caminhos da floresta”. In: CABRAL, B. E. B; BARRETO, C. L. B. T; KOVÁCS, M. J. (Org.). **Prática Psicológica em Instituições: clínica, saúde e educação.**; Editora CRV. Curitiba, 2017

MORATO, H. T. Por entre Plantão Psicológico e Ação Cartográfica Clínica pelos “Caminhos da Floresta”. São Paulo, 2016.

# O VALOR IMENSURÁVEL DO DIREITO À MORADIA

**Antonio Euzébio Filho**

*Docente do departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia. USP*

## **A dimensão ético-política de uma pergunta e de uma resposta**

Em Psicologia há uma pergunta muito comum, que perpassa todo nosso processo formativo: É possível mensurar o fenômeno psicológico? Em caso afirmativo desta questão, rapidamente derivam outras, aparentemente, restritas ao campo técnico ou científico, por exemplo: Como um fenômeno pode ser mensurado?

A primeira pergunta, porém, pode levantar questionamentos que vão além de simples constatações teóricas ou instrumentais, especialmente, nas ciências humanas. É que existem perguntas e respostas que trazem diferentes sentidos científicos e técnicos, mas também ético e políticos. É o caso do problema da mensuração...

Por essa razão, acredita-se que a primeira questão deve-se referir à possibilidade mesmo de mensurar o fenômeno psicológico – sendo este compreendido no bojo de relações sociais dinâmicas, contraditórias e complexas, perpassadas por aspectos econômicos, morais e políticos.

Isso posto, poderíamos agora reformular a pergunta, colocando-a nos seguintes termos: Qual sentido ético-político da mensuração dos fenômenos psicológicos? Ou em um sentido mais amplo; O sentido da mensuração de fenômenos humanos? Em outras palavras: Quais interesses sociais, históricos, econômicos e/ou políticos sustentam argumentos favoráveis ou contrários à mensuração, dentro e fora do campo da Psicologia?

Para não se perder na complexidade deste debate da mensuração – como foi a tentativa de se demonstrar, pode levar a muitas outras questões – é necessário informar que se tem como foco apenas estabelecer uma conexão, justamente, entre o sentido ético-político da mensuração (ou da não mensuração) e o direito à moradia.

Dado o caráter constitucional e humanizador da moradia, argumentar-se-á que subjaz nela um valor imensurável (humano) e inalienável (legal). Tentaremos explicar adiante...

Por hora interessa-nos pensar que, antes das convicções científicas e profissionais, estão as convicções ético-políticas, seja o profissional consciente ou não desse processo. Cabe, assim, reconhecer que, independentemente de divergências ou convergências teóricas ou técnicas, determinadas dimensões da vida são muito difíceis de mensurar, pois remetem ao âmago da nossa própria existência individual e social. Uma delas é a moradia.

Autonomia e dignidade humana é princípio fundante do direito à moradia. Não se negocia. E isso não apenas deve ser levado em conta para a Psicologia, como o direito à moradia deve ser considerado como princípio ético-político da ciência e da profissão.

Importante atentar para o fato de estar a falar da moradia como direito básico. Notem: não se tem a intenção de valorar moral ou economicamente determinadas propriedades ou construções utilizadas para cada tipo de moradia.

O valor imensurável da moradia (novamente: entendida como direito social básico) é em um plano mais profundo fundamento ético-político do próprio processo de humanização. Desse modo e mais uma vez: assim também se constitui como um princípio do fazer psicológico.

O valor imensurável do direito à moradia não se resume ao valor de troca de um imóvel ou de propriedade – ou pelo menos não deveria se resumir... É direito que fundamenta princípios básicos da autonomia e dignidade humana.

## **O valor inalienável e imensurável da moradia**

Feita a introdução, é importante observar que imensurabilidade não é sinônimo de ausência de rigor científico. Isso é o que o posi-

tivismo – base filosófica da Psicologia dominante – quer nos fazer crer. Ao contrário, pelo olhar de superação da ideia de neutralidade e objetividade científica, entende-se que mesmo um fenômeno imensurável pode ser caracterizado cientificamente. A caracterização científica de processos psicológicos, aliás, é o mínimo exigido para a ciência e profissão.

Mas, além do embasamento científico, existem outros preceitos que regem a Psicologia. São preceitos ético-políticos perante as desigualdades sociais, tais quais figuras representativas do pensamento contra-hegemônico da Psicologia, como Silvia Lane (2002) e Martín-Baró (1985) fazem lembrar. São princípios que também devem nortear o exercício da ciência e da profissão para além dos elementos puramente técnicos e científicos.

Um destes posicionamentos – diríamos, necessários ao exercício da Psicologia – corresponde à defesa de direitos imensuráveis: direitos sociais básicos prescritos pela cidadania moderna. Entende-se que, justamente por serem imensuráveis estão prescritos na constituição de 1988 como direitos inalienáveis, como é o caso da moradia.

De valor imensurável, o direito à moradia é anterior ao direito à propriedade. Isto é, ele não pode ser impedido por nenhum ordenamento legal, profissional, técnico ou científico. O próprio texto constitucional coloca a impossibilidade de se negar este direito por razões políticas ou econômicas.

A moradia, simplesmente, tem valor para quem nela vive e nela se instala. Tem um valor imensurável, portanto. Assim, não poderá um psicólogo (ou qualquer outro profissional) questionar o valor da moradia como direito social básico. Pelo contrário, cabe a ele ou a qualquer outro profissional zelar para garantia deste direito universal.

Quando a moradia não é garantida ou é precariamente garantida<sup>1</sup>, a responsabilidade ética do psicólogo obriga a denunciar aos

---

1 Aqui vale um parêntese: a precariedade de uma moradia não analisada sob uma ótica moral – por exemplo, do julgamento se está limpa ou suja, bonita ou feia. Mas se garante ou não condições mínimas de dignidade e autonomia. É um direito social básico. Falaremos sobre a relação entre moradia, autonomia e dignidade logo adiante sobre isso.

órgãos competentes e/ou fortalecer o sistema de garantias de direitos, entre outras ações que deverão ser avaliadas caso a caso, mas que, de todo modo, caminhem na direção da garantia plena dos direitos sociais. Como está colocado na apresentação do Código de Ética Profissional da Psicologia (XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 2005):

Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. (p. 5)

Para além das diferenças teóricas ou filosóficas na Psicologia, o direito à moradia revela-se, tal qual mencionado, como uma questão a ser tratada como direito inalienável (jurídico), mas antes como valor imensurável (social e humano). Sem moradia, o próprio processo de humanização está comprometido. Sem moradia, autonomia e dignidade humana estão comprometidas.

O direito à moradia não se trata apenas de uma questão legal. Autonomia e dignidade humana não se conquistam por decreto. Por isso, é uma questão ainda mais importante para a Psicologia. Embora a questão legal seja fundamental para garantia dos direitos sociais, a autonomia e a dignidade são aspectos sociais – negados ou afirmados – que são próprios do processo de humanização.

### **Os três pilares ético-políticos do direito à moradia: humanização, autonomia e dignidade humana**

O processo de humanização não está dado. Ele pode ser (mais ou menos) viabilizado no campo social e político. Desse modo, depende, essencialmente, da construção do comum.

Não há humanização sem coletividade e não há coletividade humanizada sem que se alcance algum nível de cooperação em torno do bem comum. Um bem comum pressupõe condições elementares para desenvolvimento concreto (social e material) da autonomia e dignidade humana.

Como bem comum, a moradia tem um valor imensurável, pois está atrelado ao próprio processo de humanização. Fundamenta-se, ainda, nas noções de autonomia e dignidade humana.

Sobre o conceito de autonomia, Santos, Almeida, Santos e Delgado (2000, p. 4) afirmam que:

A palavra autonomia é originada do grego para designar a capacidade de um indivíduo de se autodefinir, de se autorrealizar, de autos (si mesmo) e nomos (lei). No Dicionário encontramos: *autonomia*. sf 1. qualidade ou estado de autônomo, independente, livre. *Autonomia*. 1. faculdade de se governar por si mesmo. Autonomia significa então autoconstrução, autogoverno. A discussão travada em torno deste conceito é recente e encontra-se em outras instâncias da sociedade como autonomia na escola, autonomia operária, autonomia institucional. Contudo (...) o conceito parece recobrir-se de sentidos imprecisos.

Para dar um exemplo de como este conceito recobre-se de sentidos imprecisos, confundindo-se muitas vezes com tutela, os autores invadem o campo da Saúde Mental. Desta forma, questionam:

Como lidar com este tema quando se trata de sujeitos destituídos de todo e qualquer valor ao receber o atributo de doente mental? Outra pergunta que pode ser feita é se as instituições que utilizam novos dispositivos assistenciais, contrários àqueles do tradicional manicômio, propiciam a produção de autonomia para os usuários que se beneficiam do tratamento? Parece que o ponto nodal está em definir o que pode ser entendido como autonomia para nós e para a clientela assistida. De acordo com Leal, a produção de autonomia pode ser caracterizada em duas vias: *Primeiro o abandono da expectativa de resolutividade e eficácia a partir da comparação com o nosso desempenho; e segundo a criação de outras possibilidades de vida a partir deste outro padrão de subjetivação* (Leal, 1994:153). *Outra questão diretamente interligada ao tema diz respeito à possibilidade de repensar o processo de cura em psiquiatria a partir da discussão de uma autonomia possível. Dessa forma, entra em cena também a polêmica entre autonomia e tutela.* Segundo Delgado (1992), todo cuidado implica um grau de tutela, todo serviço de caráter protetivo tem a função de tutela. Entretanto, as atuais modalidades assistenciais não visam mais a adequação a um padrão único de subjetividade, seu sentido sendo bastante diferente daquele instituído pela clínica clássica (p. 4. Itálicos dos autores).

Verifica-se que, pelos autores, o conceito de autonomia não deve ser relativizado, mas diferenciado da noção de controle e tutela. Segundo Almeida e colaboradores (2000), não se pode normatizar o conceito de autonomia, cabendo ao que os autores denominam de “padrão único de subjetividade”, imposta pela “clínica clássica” – baseada no modelo médico liberal-individualista.

Ainda assim, os autores reconhecem que o desenvolvimento da autonomia continua preso a determinados padrões sociais, econômicos e políticos, circunstanciais ao modo de sociabilidade capitalista. Desse modo, é que o conceito de autonomia se aproxima da noção de dignidade humana.

Dignidade é uma construção política, transformada pelo tempo histórico. Relaciona-se, sobretudo, com a garantia dos direitos sociais básicos e imensuráveis, tais como: moradia, alimentação, acesso à renda – mas também saúde e educação.

Um espaço concreto em que se desenvolve (ou não) aproximações entre autonomia e dignidade humana é a cidade. Mais precisamente, todas as questões que envolvem a vida nos territórios urbanos e suas relações assimétricas.

Sobre a relação entre territorialidade, autonomia e dignidade humana, Rolnik (2015) e Leal (2011) apontam para três aspectos que devem ser, necessariamente, mencionados quando se fala de direito à cidade: (1) acesso aos direitos básicos (como saúde, educação, seguridade social e transporte); (2) acesso ao trabalho e (3) direito à moradia. Sem estes três aspectos não se garante cidadania. Sem cidadania, sem dignidade humana em nível mais básico e elementar.

40 Sem a vinculação destes dois princípios – autonomia e dignidade humana – não se é possível compreender os movimentos e transformações das cidades, assim como o valor imensurável da moradia.

Observa-se que os conglomerados urbanos são determinados, em larga medida, pelas condições de moradia e de trabalho (ANTUNES, 2003; ROLNIK, 2015). No que se refere ao mundo do trabalho, não é possível deixar de mencionar a informalidade de uma parcela significativa da população brasileira e como isso acarreta em marginalização da atividade comercial e produtiva de grande parcela da população (ANTUNES, 2003; ROLNIK, 2015; TELLES E HIRATA,

2007). As moradias também são determinantes para entender como se processam as relações cidadinas. Elas desenham o centro e as periferias das cidades. Traduzem a luta de movimentos sociais pela reforma urbana e agrária, tão marcantes em São Paulo e no Brasil. Por outro lado, revelam uma situação de descaso público, higienização social, interesses econômicos excludentes, luxo e miséria convivendo lado a lado (LEAL, 2011).

Vale novamente mencionar que o direito à moradia não se revela apenas como um imperativo ético da cidadania moderna, mas também como dispositivo legal reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria constituição brasileira de 1988. Esses valores e princípios legais e éticos valem para todos cenários da cidade, especialmente aqueles que, reconhecidamente, são marcados pela vulnerabilidade social<sup>2</sup>, cristalizada no território urbano.

### **Afirmar o valor imensurável da moradia**

Será que, apesar de toda a legitimidade social e política conferida ao direito fundamental da moradia, ele é respeitado por todas e todos? Andando pelas ruas e analisando rapidamente a configuração das cidades brasileiras, o valor imensurável da moradia tem sido mais negado que afirmado?

A resposta é óbvia e comprovada por qualquer dado oficial. Ou seja, em que pese o papel fundamental da moradia para garantia da autonomia e da dignidade humana (ROLNIK, 2015; LEAL, 2011; TELLES E HIRATA, 2007), atualmente este direito é completamente negado à parcela significativa da população – especialmente para a população pobre e marginalizada.

O que a realidade brasileira apresenta – assim como alerta Martín-Baró (1976), sem, como ele, querer incorrer no risco da psi-

---

2 Para definição de vulnerabilidade social, tomamos como referência a concepção de proteção social especial prescrita pela Política Nacional de Assistência Social, PNAS (Carvalho, 2009). Dessa forma, vulnerabilidade social envolve: população que não tem acesso efetivo aos direitos sociais, aos direitos básicos como trabalho, renda e moradia, e que também vivencia situações cotidianas de humilhação, preconceito e não reconhecimento social, cultural e afetivo. São também aqueles que encontram barreiras objetivas para participação nos espaços de decisão da sociedade e das instituições (Carvalho, 2009).

coligação do problema da moradia – não é a completa negação de um espaço físico para sobreviver, de um mínimo de espaço para um mínimo de descanso e repouso. Trata-se da negação de o sujeito se reconhecer, ele próprio, como humano.

Um sujeito sem raiz e sem identidade é desfigurado, despedaçado social e psicologicamente (MARTIN-BARÓ, 1976). A moradia digna garante minimamente a possibilidade de enraizamento, de construção de vínculos e redes de apoio. Moradia também é identidade, afeto, cuidado e respeito.

Cabe à Psicologia afirmar que o valor da moradia é imensurável.

## Referências

- ANTUNES, R. (2003). O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. Em **Trabalho, educação e saúde**, 1 (12), 229-237.
- CARVALHO, M. C. B. (2009). A política da assistência social: novos desafios. Em **Políticas públicas em debate**. São Paulo: FUNDAP.
- Código de Ética Profissional (2005). Código de Ética Profissional de Psicologia. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 02 jul 2019.
- LANE, S. T. M. (2006). (22<sup>a</sup> Ed.) **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense.
- LEAL, M. (2011). **A reinvenção da classe trabalhadora**. Campinas: Editora UNICAMP.
- MARTIN-BARÓ, I (1985). **O que estuda a Psicologia Social?** Martín-Baró. Em *Acción y ideología. Psicología Social desde Centroamérica*. (trad. Vecchia, D. M; Netto, N. B.).
- MARTIN-BARÓ, I. (1976). Los sin viviendas. Em **Colección Digital Ignacio Martín-Baró**. San Savador: UCA. Disponível em <<http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/los-sin-vivienda/>>. Acesso em: 02 jul 2019.
- ROLNIK, R. (2015). **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, N. S; ALMEIDA, P, F; A. N. VENÂNCIO; DELGADO, P. D. (2000). A autonomia do sujeito psicótico no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. Em **Psicologia Ciência e Profissão**, 20 (4), 11-23.
- TELLES, V. S.; HIRATA, D. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Em **Anais 31º encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, MG.

# HABITAÇÃO E TRABALHO SOCIAL: DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

***Rosângela Dias Oliveira da Paz***

*Assistente social, doutora e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP*

## **1. Contexto: cidade e o trabalho social na política habitacional**

O Brasil é um país urbano, 84,4% da população vive em cidades de diferentes portes. A população brasileira, em 2013, era de 210 milhões de habitantes, distribuídos em 5.565 cidades, das quais 4.958 são municípios com até 50.000 habitantes, 569 municípios de 50.001 a 500.000 habitantes e 38 municípios com mais de 500.000 habitantes (IBGE, 2013). A vida nas cidades pauta necessidades de serviços básicos, mobilidade, acessibilidade, moradia e de convivência e sociabilidade. No entanto, essa equação não é simples de resolver, dado o déficit de investimentos urbanos e sociais.

As cidades cresceram desordenadamente, resultantes do intenso processo de urbanização que estimulou o adensamento das regiões metropolitanas, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais e a segregação socioespacial, configurando enormes diferenças internas e contradições, como as condições precárias de trabalho e moradia, o baixo acesso aos serviços de saúde e educação, as longas horas perdidas no transporte público, a presença da violência nos territórios. Em síntese, as cidades expressam a questão estrutural da sociedade brasileira: a desigualdade social. Lena Lavinas (2003) afirma que a pobreza tem o selo urbano, pois revela a disputa pela apropriação do espaço urbano, na luta pela moradia e pelo controle dos novos *locus* de produção.

As políticas urbanas e de habitação ao longo das décadas da segunda metade do século XX foram responsáveis pelo desenho de cidades desiguais e injustas, respondendo aos interesses da industrialização e da circulação do capital em detrimento das necessidades sociais.

O reconhecimento do direito à moradia como um direito humano fundamental na Constituição Federal de 1988 deu-se na Emenda Constitucional no. 26/2000, que incluiu a moradia dentre os direitos sociais elencados no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 definem os objetivos da política de desenvolvimento urbano de ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a desapropriação de imóvel urbano para fins de moradia. A regulamentação desses artigos concretizou-se com o Estatuto da Cidade (LEI n. 10.257/2001).

Entretanto, as conquistas legais e institucionais, fruto da luta de movimentos sociais de moradia e por reforma urbana, esbarraaram no modelo neoliberal que pensa a cidade como espaço de fluxo do capital e de exploração da terra e dos recursos de infraestrutura, que passam a ser objetos de financeirização, gerando transformações urbanas e novas formas de segregação socioespacial. Para o capital, a moradia configura-se como mercadoria, um bem de consumo individual, um negócio do setor da construção civil e imobiliário, e não um direito social à moradia e à cidade.

Nesse campo de disputa de sentidos e de construção de cidades mais justas ou desiguais é que o trabalho social na política habitacional deve ser concebido. Uma disputa que mobiliza as forças do mercado, os movimentos sociais e o próprio Estado.

O trabalho social assumiu diferentes significados na sua trajetória de inserção nas políticas públicas, em particular a partir da década de 1960. Os estudos apontam que a intervenção profissional em programas de habitação de interesse social tem referências em três momentos do século XX: nos programas do Banco Nacional de Habitação (BNH), nas Companhias Estaduais de Habitação (Co-

habs) e em prefeituras de cidades de grande porte ou metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro. Merece destaque também, apesar de menor presença, o trabalho social desenvolvido diretamente com movimentos de moradia pelas ONGs e assessorias técnicas, que tiveram orientação comprometida com os interesses populares, pautados por metodologias da educação popular.

A partir de 2003, o trabalho social passa a ser um componente da política nacional de habitação, obrigatório em programas e projetos destinados à população de menor renda e financiável com recursos públicos federais. A Política Nacional da Habitação incluiu entre suas principais linhas de atuação a integração urbana de assentamentos precários, a urbanização, a regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a articulação da política de habitação à política de desenvolvimento urbano.

As transformações mundiais do capitalismo, os retrocessos nas políticas sociais e os avanços conservadores na sociedade brasileira em curso têm ameaçado as conquistas do período democrático. As privatizações e a transferência de responsabilidades estatais para o setor privado colocam em questão o controle estratégico do Estado, enquanto agente normatizador, regulador das relações que se estabelecem na sociedade.

## **2. Trabalho social: concepção e interdisciplinaridade**

O trabalho social é essencialmente um processo de trabalho em territórios, centrado na participação e organização coletiva, cujo horizonte é a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento do direito à cidade, que se materializa por um amplo leque de estratégias e ações. Implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, respeitando as características socioculturais.

Os princípios que norteiam o trabalho social nas políticas urbana e habitacional afirmam o direito à cidade e à moradia digna; o direito à organização e participação da população em todos os momentos do processo construtivo e no controle democrático da política habitacional.

O trabalho social está inserido nas políticas habitacional, urbana, sociais e ambientais. Sendo um componente da política habitacional, deve estar articulado às suas diretrizes, de maneira sistemática, contínua e interdisciplinar, o que pressupõe interlocução e planejamento entre as diversas equipes técnicas, a engenharia, arquitetura, o jurídico e as equipes sociais, e, ainda, a articulação com as outras áreas de políticas públicas para responder de forma integrada às necessidades sociais.

As equipes de trabalho social são compostas por profissionais de diferentes formações, como, assistentes sociais, sociólogos, pedagogos, psicólogos, entre outros. Na trajetória histórica das intervenções habitacionais, os profissionais de Serviço Social assumiram um destacado protagonismo e trouxeram contribuições na formulação da concepção, metodologia e implementação do trabalho social.

Entretanto, a intersetorialidade das políticas públicas e a interdisciplinaridade, a troca de saberes das diferentes profissões para intervir de forma articulada e na totalidade das demandas das famílias e grupos de população é um desafio para a superação da fragmentação das políticas e para potencializar as intervenções e ações propostas. No entanto, a efetividade do trabalho social depende da definição de competências e responsabilidades, de condições de trabalho e equipe dimensionada e capacitada de acordo com as necessidades e dimensões dos projetos habitacionais.

O trabalho interdisciplinar e intersetorial pressupõem o encontro de saberes e setores das políticas sociais, para atender na integralidade ao conjunto de necessidades coletivas, articulando ações, com ênfase nos processos organizativos e educativos, combinando o coletivo com o individual.

Nesse processo apreende-se que o conceito de participação cidadã é inerente ao trabalho social, ou seja, a metodologia de trabalho social necessariamente é participativa em todos os seus momentos de intervenção. A metodologia participativa implica a garantia do acesso da população à informação, à discussão e à participação nas decisões. A população deve opinar, decidir sobre se esse projeto é adequado às suas necessidades, quais são as alternativas para determinada situação, devendo participar no controle e na fiscalização das ações públicas.

### 3. Trabalho Social na Habitação: desafios

O Trabalho Social na habitação é um campo de disputa de concepções, de recursos e significados. Há uma permanente tensão entre os interesses do mercado da construção civil e imobiliário e o direito à moradia, que impõe ritmos de trabalho, controles, metas, recursos e produtos, nem sempre respeitando os tempos, características e processos sociais dos grupos envolvidos.

A formação permanente e continuada para o trabalho social, nas suas dimensões políticas e metodológicas, é necessária para o enfrentamento qualificado das novas exigências da política pública e para a construção de alternativas coerentes com os princípios e diretrizes da política urbana e habitacional.

São desafios a serem enfrentados coletivamente, mas que necessariamente impõe a articulação com os movimentos sociais e setores progressistas da sociedade. Como nos ensina Harvey (2014) é nas “cidades que vemos acontecer os mais importantes movimentos de resistência e as rebeliões que clamam por mudanças na ordem política e social”.

### Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de habitação**. Cadernos M. Cidades, n. 4, Brasília, 2005.

BONDUKI, N. G., **Origens da Habitação Social do Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: MPOG, 2013.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010.

# MORADIA, TERRA E PODER: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

***Douglas Cardoso da Silva***

*Psicólogo, mestre e doutorando no programa de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). Assistente de projetos sociais na Gerência de Habitação de São Paulo da Caixa Econômica Federal, onde atua na orientação à elaboração e no apoio à execução de projetos sociais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida*

*“Pedimos, por favor, não achem natural o que muito se repete!”*

(Brecht)<sup>1</sup>

## **Introdução**

A produção deste texto foi instigada pelas discussões realizadas no grupo de trabalho de moradia, vinculado ao Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. E, por sua vez, o grupo origina-se a partir do reconhecimento da necessidade de promover espaços de discussão sobre moradia na Psicologia. Minha inserção no grupo e o interesse em me aprofundar nos estudos sobre a temática nascem dos desafios encontrados em minha prática profissional, na atuação como técnico social, responsável por orientar a elaboração de projetos sociais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e apoiar sua execução.

---

1 Berlot Brecht, 1929-30, da peça teatral “A exceção e a regra”.

Foram, portanto, as limitações e obstáculos encontrados no cotidiano de trabalho que me levaram a buscar melhor compreender as questões relacionadas à moradia e aos processos envolvidos nas políticas públicas que se propõem a atender o fundamental direito social à moradia. É desse lugar que escrevo este texto, enquanto trabalhador inserido na execução de um programa de habitação popular. Não me propus a narrar minhas experiências profissionais, no entanto, a construção da escrita e as posições aqui defendidas estão irremediavelmente por elas atravessadas.

Busquei levantar neste trabalho alguns pontos que considero fundamentais para reflexão sobre o tema. Elementos que ajudam a sustentar uma perspectiva que não considera como natural a desigualdade (política e econômica), mas que a compreende como uma construção histórica e mutável. Procurei, portanto, prioritariamente, evocar condições estruturais que fazem parte das raízes do problema da moradia urbana, suas relações com as práticas do Estado em um sistema capitalista, para, então, pensar nos limites e possibilidades das iniciativas estatais.

## **Capitalismo Dependente, Patrimonialismo e Urbanização**

Para analisar a questão da moradia, considero ser fundamental abordar a questão fundiária e o patrimonialismo enraizado na gênese da nossa organização social, econômica e política. A posse da terra urbana, ou rural, ocupa lugar central na nossa sociedade e a moradia está a ela vinculada; e é justamente devido a essa condição que a moradia se constitui como uma mercadoria especial, uma vez que a terra não pode ser reproduzida. A moradia é, portanto, na lógica capitalista, uma mercadoria que não está acessível a maior parte da classe trabalhadora: no Brasil, estima-se que apenas 30% da população tenha acesso à moradia no mercado privado (MARICATO, 2015).

O exercício do poder esteve sempre associado ao patrimônio, quer seja de escravos ou de terras e imóveis (MARICATO, 2015). Importante enfatizar essa transição: o poder imanente da posse de escravos é transferido para aqueles que detêm a propriedade da

terra. Dinâmica de uma condição que José de Souza Martins (2015) considera ser matriz estrutural e histórica da sociedade brasileira: se a terra fosse livre, o trabalhador teria que ser escravo; se o trabalhador fosse livre, a terra teria que ser escrava.

No Brasil, em 1850, foi promulgada a lei que extinguiu o tráfico negreiro. Não por mero acaso, no mesmo ano, foram adotadas mudanças na legislação que asseguraram a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, garantindo a oferta de mão de obra para a grande lavoura. Nesse contexto, era necessário também evitar que ocorresse um perigoso deslocamento: com o iminente fim da escravidão, os antigos escravos poderiam trabalhar nas abundantes terras que estavam disponíveis; efetivou-se, assim, também no ano de 1850, um novo regime de propriedade da terra, ficando proibida a aquisição de terras por outro título que não fosse de compra (SOUZA MARTINS, 2015).

A legislação brasileira era diferente da que foi promulgada nos Estados Unidos, com um capitalismo mais desenvolvido, onde foi adotado um regime de livre ocupação das terras. A lei norte-americana permitia que ex-escravos se tornassem proprietários da terra, sem a necessidade de realizar qualquer pagamento. “Lá, a mudança fora presidida pelo capital; aqui, fora presidida pela economia de exportação e o latifúndio, no qual ela se baseava” (SOUZA MARTINS, 2015, p. 10). Para melhor compreender os mecanismos inerentes a tal processo, é necessário considerar as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Um capitalismo periférico, dependente e subserviente às economias centrais.

Segundo Florestan Fernandes (2006), com a independência do Brasil e o fim do estatuto colonial, houve uma reorganização do fluxo de renda, no entanto, continuou extrema e irredutível a sujeição econômica do país. Os senhores feudais assumiram o controle da economia, Estado e da vida social, transferindo para si os frutos da espoliação aqui operada e anteriormente remetida para a Metrópole. No Brasil e também nos demais países latino-americanos, cujo desenvolvimento econômico é similar nesse aspecto, coloca-se uma cruel e persistente contradição: a dominação externa estimula a modernização e o crescimento do país, contudo, impede uma real autonomia da nação.

As elites brasileiras constituíram-se como uma classe dominante dominada, segundo expressão de Vânia Bambirra<sup>2</sup>. Assumem uma posição de submissão perante as nações centrais do capitalismo, operando para inviabilizar qualquer projeto de soberania nacional. Tal dinâmica é parte constitutiva da nossa organização social e ajuda a compreender porque a terra precisa ser cativa, se o trabalho é livre. A produção não poderia ser realizada de forma independente, pois deveria atender às necessidades das nações capitalistas centrais. É importante mencionar que os impactos do capitalismo dependente não se restringem apenas à esfera econômica, atingem também o campo cultural e científico: Lacerda Junior (2013) considera que o capitalismo dependente criou uma psicologia que reproduziu ideias conservadoras, justificando uma ordem social injusta (no entanto, isso não quer dizer que também não existiu espaço para contestação, rebelião e busca por emancipação).

O Estado nacional independente (politicamente, mas economicamente subordinado ao capitalismo central) era, na prática, instrumento de dominação patrimonialista estruturado para atender aos interesses sociais e às determinações políticas das camadas senhoriais. A concentração de terras é umas das nefastas consequências dessa organização (FERNANDES, 1975). A propriedade da terra, como já pontuado, ocupa papel central para o exercício do poder nos países da América Latina. No Brasil, a industrialização tardia conviveu com a manutenção do latifúndio improdutivo, elemento característico do patrimonialismo e um dos maiores problemas no campo e das cidades latino-americanas, uma vez que dificulta a ocupação sustentável e mais justa do território (MARICATO, 2015). Na era industrial não se estabeleceu uma relação entre capitalismo e descolonização. O capitalismo dependente brasileiro não foi capaz de promover uma revolução urbana, assim como foi incapaz de promover uma revolução agrícola, provocando a reprodução da história social do campo na evolução das grandes metrópoles e cidades (FERNANDES, 2006).

---

2 Pesquisadora cujas contribuições foram fundamentais para construção da teoria marxista da dependência.

O cenário urbano perpetua as relações estabelecidas no período colonial e imperial: concentração de terra, renda e poder. Na realidade, o processo de urbanização torna ainda mais evidente o processo de segregação e desigualdade. Na década de 1970, pela primeira vez, a população urbana supera a rural, atingindo 56%. Na década de 1980, esse número chegou a 68%, alcançando 81 milhões de moradores nas cidades brasileiras (BONDUKI, 2014). No início da década de 1980, as periferias cresceram mais do que os núcleos ou municípios centrais e surgiram, pela primeira vez na história do país, extensas áreas de concentração de pobreza, as quais se encontravam relativamente esparsas nas zonas rurais (MARICATO, 2003).

Nesse intenso processo de urbanização, a classe trabalhadora instalou-se nas áreas recusadas pelo mercado imobiliário privado e em espaços públicos localizados em regiões desvalorizadas: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes, regiões poluídas, áreas de proteção ambiental. É nessas áreas que se abriga uma imensa massa trabalhadora, nelas nascem bairros construídos pelos próprios trabalhadores (MARICATO, 2013). O modelo periférico de urbanização é, portanto, condição que atende aos interesses do mercado imobiliário. A desigual ocupação do espaço urbano obedece a uma lógica em que a moradia e a cidade são convertidas em mercadorias, cuja centralidade está no seu valor de troca e não no valor de uso. Ou melhor, segundo Lefebvre (1976), o valor de uso e o valor de troca estabelecem uma relação dialética e não de oposição. O valor de uso acaba por se definir em termos hierarquizados, cuja centralidade não está mais na relação com antigos símbolos naturais, estéticos, religiosos e morais do espaço, mas sim, nos aspectos relacionados com vantagens, capacidade de poder e de relações com o poder, áreas com maior ou menor prestígio.

53

### **As Políticas Públicas de Habitação e o Papel do Estado**

É possível dividir a história das políticas públicas de habitação no Brasil em cinco períodos. Nessa perspectiva, a longa fase colonial e imperial, marcada por quase quatro séculos, a escravidão é excluída, uma vez que não existia qualquer iniciativa para enfrentar as necessidades de habitação dos escravos. É a partir da abolição

da escravatura e a constituição de um mercado de trabalho livre que alguma ação pública pode ser notada, mesmo que tímida. O primeiro período da política habitacional, que se estende até a década de 1930, caracterizou-se pelo reconhecimento da habitação dos trabalhadores como problema público. No entanto, prevalecia a concepção liberal, o Estado não deveria interferir diretamente na produção e nas regras de locação da moradia (BONDUKI, 2014).

O início do segundo período é marcado pela Revolução de 1930 e pela revisão da legislação que regulamentava a produção de moradias e se estendeu até o golpe militar de 1964. Mudou-se o entendimento do período anterior, compreendendo-se que o Estado deveria intervir no mercado de locação, com o objetivo de proteger o inquilino e desestimular a produção rentista. A moradia se tornou uma questão social.

Com a institucionalização do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, iniciou-se uma nova etapa, que se encerrou em meados da década de 1980. Segundo Bonduki (2014), esse terceiro período é marcado pela criação de fontes permanentes de recursos para o financiamento habitacional e pela produção massiva de moradias, assim como a homogeneidade das construções (desconsiderando diferenças regionais e a inserção urbana, supervalorizando aspectos financeiros em detrimento à qualidade dos projetos). O quarto ciclo é assinalado pelo início da crise econômica de 1981, a extinção do BNH, o desequilíbrio do SFH e redemocratização das instituições políticas. Pode ser considerada uma fase de transição entre a política habitacional do regime militar e a atual, implementada a partir de 2004. Distingue-se pela ruptura com os paradigmas de centralização que orientavam o enfrentamento da questão urbana habitacional entre os anos 1930 e 1980.

O último período se iniciou no começo do século XXI, tendo como principais características: a estruturação de um novo modelo de financiamento, incluindo subsídios que permitiram o atendimento a famílias de baixa renda; um novo desenho institucional que articulou os diversos estados, com a tentativa de implementar uma programa de construção massiva de novas moradias; a cria-

ção de regras estáveis para estimular a produção e financiamento de mercado (BONDUKI, 2014). É nesse período que nasceu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciativa que merece uma análise mais demorada. O PMCMV foi lançado em 2009 pelo governo federal como forma de reagir à crise econômica internacional de 2008, com atuação focada no incentivo à construção e aquisição de unidades habitacionais (MARICATO, 2011). Os resultados do PMCMV são contraditórios. O programa foi um marco na política habitacional brasileira – ao incluir subsídio como elemento fundamental para produção de moradias populares em massa – tem grandes méritos por ter conseguido aportar recursos bilionários, como nunca havia acontecido antes, para o atendimento à população de baixa renda (BONDUKI, 2014). Contudo, o programa não interfere no lugar da cidade relegado à classe trabalhadora, reproduzindo o padrão periférico, contribuindo para consolidar a segregação do espaço a ser ocupado pelas camadas mais pobres (ROLNIK, 2014).

O PMCMV também não foi capaz de fomentar a construção de espaços de participação popular. Sua implantação é efetuada de forma horizontal, autocrática, inibindo a organização de processos participativos, o que irá impactar na forma como os moradores irão se apropriar do novo espaço e, conseqüentemente, na construção das relações com a vizinhança, comprometendo, muitas vezes, sua manutenção na nova moradia (estudo mais detalhado pode ser consultado em minha pesquisa de mestrado: “Participação Vazia: Formação, Traços e Resultados – Um Estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida”). Segundo Lopes e Shimbo (2015), o programa inibe ações que não tenham foco na produção das unidades habitacionais. Os mecanismos de funcionamento do programa habitacional estão, ao fim, regulados apenas pelos parâmetros de um negócio imobiliário bem-sucedido, aferido segundo seus custos e benefícios numéricos. Prevalece a lógica do mercado, inibindo iniciativas pautadas em outras perspectivas, como o direito à cidade e as reais necessidades habitacionais.

Para melhor entender os limites e propósitos do programa e das próprias políticas públicas, faz-se necessário buscar compreen-

der a forma em que o Estado se organiza. Harvey (2005) considera que o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. Contudo, o Estado tem que assumir uma existência independente, como forma de garantir o interesse comum. O Estado não é um poder de fora, imposto sobre a sociedade, mas sim, como afirma Engels (apud HARVEY, 2005, p. 80) “é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu em uma autocontradição insolúvel”. Para que suas próprias contradições não destruam a sociedade, é necessária a existência de um poder que aparentemente se situe acima dela, com a função de moderar o conflito e colocá-lo nos limites da ordem. O Estado no modo de produção capitalista é, portanto, um poder nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela. Ele constitui-se como um instrumento de dominação de classe, uma vez que se organiza para sustentar a relação entre capital e trabalho, mas discursivamente defende que suas práticas são para o bem de todos.

O Estado opera para satisfazer as exigências do modo capitalista de produção, incorporando uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, mobilidade e liberdade dos indivíduos e simultaneamente é protetor da propriedade privada e da relação básica entre capital e trabalho (HARVEY, 2005). Engels é enfático ao apontar as limitações do Estado para tratar dos problemas da falta de moradia.

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar os flagelos da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. (...) Quando muito, tomará providências para que o grau de dissimulação superficial que se tornou usual seja aplicado em toda parte do mesmo modo. Vimos que é exatamente isso que ocorre (ENGELS, 2015, p. 100).

Apesar da distância (temporal e espacial) da realidade à qual Engels se referia, suas considerações, assustadoramente, permanecem relevantes para pensar a atual conjuntura. O PMCMV conso-

lidou-se como o mais importante programa de habitação voltado para as classes de baixa renda da história das políticas públicas no Brasil. Contudo, além das limitações já apontadas, o programa não problematizou a questão da propriedade privada, pelo contrário, reforça-a, reproduzindo e financiando uma lógica em que a moradia é mercadoria e não um direito. O que deveria ganhar centralidade não é a posse da propriedade, mas o direito à moradia digna. Direito previsto não só na nossa constituição, mas também na declaração universal dos direitos humanos.

Para atender aos interesses inerentes ao modo de produção capitalista foi necessário que o PMCMV focasse na construção de novas unidades habitacionais. O programa opera dentro de uma lógica cuja centralidade está na propriedade privada da moradia – em uma política pública de imensa capilaridade –, além disso, contribui para a manutenção do lugar histórico destinado à classe trabalhadora, assim como inibe quaisquer processos de controle social. Mas, ora! Dentro do que foi posto sobre a organização e funções do Estado capitalista, assim como do papel da terra na formação da organização social brasileira, parece ingênuo considerar que o programa pudesse ir além. Seria utópico conjecturar que o PMCMV poderia promover condições que permitissem rupturas com dinâmicas secularmente estabelecidas de dominação, colocando o direito à moradia como centro da política pública?

O atendimento pleno de direitos sociais em uma sociedade capitalista é totalmente improvável, sendo ainda mais inconcebível em um capitalismo dependente. Contudo, as políticas públicas, mesmo se mostrando incapazes de ultrapassarem o estatuto da propriedade privada, são meios fundamentais para a luta, no esforço de reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores (PAIVA, OURIQUES, 2006). Importante clarificar que quando mencionamos o direito à moradia, utilizamo-lo em um sentido que não se restringe apenas ao direito a um espaço que sirva apropriadamente de habitação, mas inclui também o direito à cidade; e este, por sua vez não se limita ao acesso individual ou grupal aos recursos da cidade, mas é o exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014).

Na atual conjuntura – em que os direitos sociais são considerados custos que precisam ser eliminados – a continuidade do programa (com a preservação do atendimento às famílias de baixa renda) já seria uma conquista. Portanto, tecer críticas ao Programa Minha Casa Minha Vida pode parecer imprudente. No entanto, considero que é necessário apontar os limites e tentar encontrar suas raízes para que em algum momento seja possível avançar. Ao apontar as limitações do real potencial transformador do PMCMV, buscamos criticar os mecanismos operados no processo de produção capitalista, aos quais o programa está subordinado; na esperança de que, em algum momento, ele possa vir prioritariamente atender aos interesses das camadas populares, dando voz e protagonismo a uma classe historicamente silenciada.

Acreditamos que existem possibilidades para construção de formas diferentes daquelas que estão postas, assim como consideramos que seria limitado entender o Estado, tal como pontua Harvey (2005), como simplesmente uma grande conspiração capitalista para explorar os trabalhadores. Ele é mais complexo que isso, o Estado é sensível a pressões populares, que podem direcionar suas ações em sentidos que até mesmo contrariem os interesses das classes dominantes. Essas outras possibilidades, que não estejam subordinadas aos interesses do capital, sejam dentro ou fora da área de atuação do Estado, por meio das políticas públicas ou fora delas, só se constroem dentro do campo da mobilização e luta política.

## **Os Limites da Atuação do(a) Psicólogo(a) e seu Compromisso Social**

Dentro desses intrincados processos, cabe questionar qual o papel do(a) psicólogo(a), a sua função social ou seu compromisso social<sup>3</sup>. A discussão sobre o compromisso social da psicologia não é nova, esteve presente desde os primeiros estudos sobre a profissão no Brasil (YAMAMOTO, 2006). Segundo Lacerda Junior (2013), ele diz respeito, em síntese: ao

---

3 Termo cujo uso cabe questionamentos, como pode ser melhor apreciado no trabalho de Lacerda J. (2013): “Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica”.

compromisso com as massas populares e não com as elites, do combate às injustiças e às desigualdades sociais. Para tanto, a prática profissional deve: ser concebida como uma intervenção social; buscar compreender o fenômeno psicológico como histórico e social; entender a transformação social como mediação para promoção da saúde e do bem-estar.

Importante mencionar que o debate em torno do compromisso social, com raras exceções, quase sempre ignorou a impossibilidade de justiça e igualdade para a classe trabalhadora em uma sociedade regida pelo capital (LACERDA JUNIOR, 2013). Para pensar sobre os limites da atuação do psicólogo, é necessário considerar que seu trabalho, assim como de qualquer outro profissional, enquanto trabalhador assalariado, traduz-se pela venda e compra de força de trabalho. A sua reprodução em uma sociedade capitalista é justificada por sua capacidade de contribuir para o processo de produção e reprodução de mais valia, na medida em que produz serviços que atendem a necessidades sociais. Portanto, “as condições materiais (consideradas as conjunturas específicas) impõem limites para a *autonomia* de qualquer profissão para definir os “seus rumos”, mas *não a condicionam unidirecionalmente*” (YAMAMOTO, 2006, p. 35).

A interpretação equivocada de tal posição pode levar a duas direções opostas e problemáticas. De um lado, pode ser adotada uma posição fatalista, ao considerar que as condições materiais definem irremediavelmente os rumos profissionais, o que leva a uma condição comodista. No outro extremo, uma posição voluntarista, sustentada pela defesa de posições messiânicas que extrapolam os limites de atuação profissional e entram em confronto com os limites da realidade social (IAMAMOTO, 1998, apud YAMAMOTO, 2006). É necessário reconhecer as limitações da ação profissional, contudo, não devemos negar o papel dos atores sociais, enquanto sujeitos da história:

As determinações materiais não impõem configurações necessárias e imutáveis, dadas *a priori*, mas estabelecem limites – e o reconhecimento dos espaços de autonomia, ainda que relativa, é consequência da consideração do caráter contraditório das sociedades moldadas segundo o parâmetro fundamental do modo de produção capitalista. Nesse sentido, embora

tendo como premissa fundamental a negação de que a ação profissional (de qualquer categoria) possa vir a ser o eixo de transformações estruturais, as possibilidades de ação do profissional de psicologia rumo a práticas diferenciadas também devem ser colocadas no contexto do papel do intelectual numa sociedade contraditória (YAMAMOTO, 2006, p. 35).

Dessa forma, o que se coloca como desafio para a categoria é ampliar os limites da dimensão política da ação profissional; nessa perspectiva, Yamamoto (2006) destaca duas frentes de atuação: alinhamento com setores progressistas da sociedade civil (fundamental na correlação de forças para eventuais avanços nas políticas públicas) e o desenvolvimento, na área acadêmica, de outras possibilidades teórico-técnicas que não sejam inspiradas nas vertentes hegemônicas. É importante reconhecer que a Psicologia esteve historicamente associada aos interesses das classes dominantes, sendo, por diversas vezes, instrumento utilizado para manutenção das relações de poder. Uma perspectiva que opera em consonância com os anseios e interesses das maiorias populares não se consolidou como corrente dominante na Psicologia (MARTÍN-BARÓ, 2017).

É na tentativa de contribuir para construção de uma concepção crítica na Psicologia, contra-hegemônica, que desenvolvemos este trabalho, buscando valorizar aspectos estruturais relacionados à questão da moradia. A escolha dos elementos priorizados na construção deste texto teve por finalidade enfatizar e embasar a posição que considero fundamental para atuar no campo da habitação (e não só nele), que em síntese pode ser traduzido por: não aceitar como natural o que muito se repete!

Tal como destaca Silvia Lane (1993), para não incorrer em uma visão distorcida dos processos, é necessário considerar as condições sociais e históricas. Acredito que essa seja condição basilar para construção de uma prática que seja transformadora e não reprodutora da realidade. A realidade é fruto de construções sociais, dentro de dadas condições históricas, a realidade presente é uma entre diversas possibilidades, sendo passível, portanto, de ser transformada. Tal como afirma Marx (2011, p. 25): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles

quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. A edificação de outra realidade, sustentada por outras formas de relações, que não estejam alicerçadas em processos de dominação, é possível; mas tal construção só é factível a partir da mobilização e organização coletivas.

Martín-Baró (2017) destaca a importância de uma vertente da Psicologia que não toma a ordem social vigente como marco normativo e que reconhece que as pessoas podem mudar essa ordem, e não serem por elas integradas; libertando-se, assim, das imposições e exigências, e construindo uma ordem social diferente, com mais justiça e humanidade. Essa perspectiva necessita ser resgatada e fortalecida, concepção que deve pautar a prática profissional, mas também ir além dela: engajamento necessário para construção de novos caminhos e de uma diferente realidade, em que sujeitos, hoje oprimidos, se transformem em senhores da própria história.

## Referências

BONDUKI, N. Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. In:\_\_\_\_\_. **Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil**: volume 1. 1ª Edição, p. 1 - 129. São Paulo: Unesp, 2014.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e as classes sociais no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

HARVEY, D. A teoria marxista do Estado. In:\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 1ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LACERDA JUNIOR, F. (2013). Capitalismo dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas à Psicologia Crítica. **Teoría y crítica de la Psicología**, 3, 216-263. Available from <<http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/110>>. Acesso em 12 de março de 2019.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: CODO, W. & LANE, S. T. M. (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

LEFEBVRE, H. El espacio, la producción del espacio, la economía política del espacio. In:\_\_\_\_\_. **Espacio y Política**. 1ª Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LOPES, J. M. A.; SHIMBO, L. Z. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 229-254. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MARICATO, E. O. **Impasse da Política Urbana**. In:\_\_\_\_\_. O impasse na Política Urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Para entender a crise urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. 1ª Ed. LACERDA JUNIOR, F. (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARTINS, J. S. **O cativoiro da terra**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

62 PAIVA, B. A. de; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, Dec. 2006 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 de março de 2019.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 de março de 2019.

# CASAS QUE DERRAMAM — NO DESASSOSSEGO CRIAR

## **Rafael Michel Domenes**

*Psicólogo graduado pela USJT. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Fundador e coordenador do Projeto Deriva. Atuação clínica em consultório particular e acompanhamento terapêutico.*

## **Camila Issa**

*Psicóloga graduada pela PUC-SP. Mestre em psicologia clínica pela Université Paris Diderot (Paris 7). Fundadora e coordenadora do Projeto Deriva. Atuação clínica em consultório particular e acompanhamento terapêutico.*

“As crianças não se cansam  
esgotam suas energias, caem  
dentro do sono  
mas não se cansam  
o cansaço é o fim da infância  
pode ser que seja assim  
que só para elas  
exista a casa  
absolutamente  
e depois isto:  
ensaios de morar  
onde melhor nos convém  
experimentos de ajuste  
do corpo à arquitetura  
ligeiro desconforto  
e desamparo infinito  
Este prédio foi pensado para pessoas  
com um projeto  
mulheres-mapas, homens com um plano  
de voo  
capazes de abrir a porta com uma palavra-chave  
Apenas ficar aqui  
por força ficar aqui  
até que a palavra morar  
faça sentido”

(MARQUES E JORGE, 2017)

“O prédio tá derramando! Olha lá! Tá derramando! *Minha casa tá derramando*”. A voz aflita escutada como uma convocação. A casa que derramava era de Lucas, criança de seis anos moradora de uma ocupação de moradia no Centro de São Paulo. À época, o edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu, também utilizado para ocupação de moradia, foi tomado pelo fogo e desmoronou causando grande repercussão na vida de centenas de pessoas e também na do menino. Lucas acabava de retornar ao seu apartamento após semanas de distância devido a uma ordem de reintegração de posse que obrigou a remoção de todas as famílias que moravam com ele em seu endereço.

A experiência do desalojamento radical. Desalojamento de sua família, de seus vizinhos, amigos, conhecidos, do bairro. Do desenho na porta da casa, a mãe brigou. Cor que escolheu pintar a parede, rua, a rachadura na pintura, vê logo que viria pra dormir na cama, odor acre de cloro e nicotina pairando pelo corredor do prédio, é baratinho e tem leite ninho, adora açaí. Chiado melancólico do elevador sem lubrificação, o cheiro de berinjela queimada, poeira bailarina iluminada pela nesga de sol esgueirando pela janela trincada no futebol de bicuda. O lastro que ampara e ancora a deriva do território. A desocupação do prédio desacolheu o modo de vida daqueles moradores de forma abrupta. Experimentaram a situação de desterritorialização aguda. Espreados pela cidade buscaram o abrigo provisório em casas de amigos, parentes, em outras tantas ocupações que fornecem acolhimento às pessoas sem local de moradia fixa na cidade. O provisório como uma marca recorrente.

64 Este derramar pela cidade sentido por Lucas e todos moradores daquela ocupação é a realidade cotidiana de um número cada vez maior de pessoas que não encontram solução definitiva para a situação de falta de moradia. Indeterminação de estar morando em um endereço ocupado, em um imóvel que vê sua solidez se desmanchar, podendo a qualquer momento, por força da justiça, derramar famílias e vidas nas ruas, atravessando subjetividades, produzindo-as. Construir coletivamente uma represa que sustente os efeitos dessa situação de desterro, acompanhar e acolher a dispersão, estar próximo de Lucas e seus amigos na possível cons-

trução de outras formas de habitar foi o que ocupou o trabalho do Grupo Deriva desde 2016.

O projeto iniciou um dispositivo grupal com crianças de diferentes idades (de 3 a 14 anos), vindas de diversas partes do país, com realidades familiares distintas e marcadas pela heterogeneidade, que teve como objetivo principal abrir um espaço de discussão sobre a complexidade envolvida na experiência da imigração. Este foi o tema disparador para, a partir dele, nos debruçarmos sobre conflitos comunitários, de nacionalidade, diferenças econômicas, questões de gênero e principalmente em como esses elementos influenciam a ocupação do espaço urbano.

## **1 – Um não saber do grupo**

Encontramo-nos em São Paulo em fevereiro de 2016. Dois psicólogos, com experiências diversas no campo do AT (acompanhamento terapêutico – cuidado que busca estar com pessoas em espaços da cidade) e com práticas clínicas lastreadas por relatos de mudanças “forçadas”, estrangeirismos, perdas, travessias e recomeços. Com experiências na Rede Pública de Saúde Mental de São Paulo, no cuidado com jovens em situação de risco social e, principalmente, acompanhando pessoas em situação de refúgio, formamos um grupo de discussão independente que tinha a imigração como tema e que pesquisava práticas de cuidado para refugiados marcados pelo dispositivo do AT. A experimentação prática desse grupo se deu na conexão com um bar/restaurante/espaço cultural gerido por refugiados palestinos que nos convidou a realizar uma atividade com crianças que abordava o tema da imigração.

O Al Jannah foi fundado em janeiro/2016 por Hasan Zarif, um empresário palestino nascido no Brasil. É um bar, restaurante, espaço de shows, palestras e formações, um espaço multicultural, cuja proposta é promover o debate da questão palestina e também tem como pauta facilitar o encontro e compartilhamento da militância de diversos movimentos de vanguarda do Brasil. A maior parte dos funcionários são refugiados palestinos, mas lá também trabalham cubanos, argelinos e pessoas que vieram de países africanos. Alguns funcionários palestinos moram na ocupação Lei-

la Khaled, um prédio de moradia no Centro de São Paulo, onde habitam cerca de 200 pessoas de diversas nacionalidades, em sua maior parte brasileiras e palestinas.

O grupo se constituiu por crianças moradoras de uma ocupação de moradia, situada em uma área próxima ao Al Janiah, na área central de São Paulo. Encontrávamo-nos toda quarta feira na varanda superior do restaurante localizado no bairro do Bixiga, para dar vida ao grupo/experimento. Optamos por não promover atividades pré-estabelecidas ou programadas, buscando assim fomentar um espaço de convivência com abertura para experimentação em um constante exercício de dispor uma prática atenta e crítica às capturas estereotipadas que, em algumas situações, o campo da infância nos impele a produzir. Em nosso percurso profissional nos deparamos com modos de se coordenar grupos que visavam a intervenções ortopédicas e desmedidas, encenadas em situações de grupos terapêuticos, oficinas e cursos capturados pelas tecnologias “psi”. A proposta então era de iniciar um trabalho atento a movimentos disciplinares e de controle tão comuns quando se trata do cuidado com a infância. Essa atenção ecoava nas questões iniciais que deram sustentação ao grupo: Como atuar em um constante exercício de construção? Fazer um grupo com crianças de idades tão diversas? O horário da atividade é viável? Fazer um grupo infantil à noite? Em um bar? No cânone sobre a infância, muitas produções nos indicavam formatos, direções, atividades que para nós não eram interessantes, soavam como manuais de condutas.

66 Montar um projeto em que o processo de construção visasse um constante questionamento da prática poderia ser realizado com um mote *a priori*? Um ponto importante de inflexão nos momentos iniciais. Teríamos como guia a imigração – um disparador do encontro. No entanto, o tema permaneceu tácito, não foi explicitado por nós em nenhum momento. Permaneceu presente no encontro das crianças conosco naquele espaço, sem ser imposto enquanto um tema fixo e pré-montado.

Procuramos algumas amarrações teóricas que se alinhassem com nossas questões. Direcionamos nosso olhar à obra de Fernand Deligny (2015) e às indicações que o autor, pedagogo e educador,

nos deixou e que poderiam nos guiar em nosso fazer. O autor pensava ser possível abolir um projeto pensado *a priori*, colocando-se na posição de não querer e, dessa forma, dar lugar ao intervalo, ao tácito, à irrupção, ao extravagar. Em um *novo* projeto podem estar inclusas forças contraditórias, o pensamento da ação na busca da novidade pode já estar configurado, pela família, pela psicologia, escola, clínica e sustentado por um regime que estabelece metas, direções e finalidades. Como produzir sem negar um plano, mas procurando encontrar frestas em que possam surgir possibilidades criativas, singulares de se relacionar com objetivos iniciais? Assumimos acolher este não saber sobre o método do grupo e adotamos esse modo de fazer ao montar aquele dispositivo. Experimentamos assim colocar entre parênteses, deixar em suspensão um projeto *prêt-à-porter* e tomamos como indicação de trabalho a contraposição que Deligny (2015) fez entre agir e fazer.

Fazer é fruto da vontade dirigida a uma finalidade, por exemplo, fazer obra, fazer sentido, fazer comunicação, ao passo que agir, no sentido muito particular que lhe atribui o autor, é o gesto desinteressado, o movimento não representacional, sem intencionalidade, que consiste eventualmente em tecer, traçar [...] (PELBART, 2016, p. 299).

Toda quarta-feira, às 19 horas, aguardávamos as crianças, atentos a esse exercício do *agir*. Estruturamos apenas os momentos que o grupo teria: chegada ao espaço, escolha coletiva e realização da atividade e, para finalizar, todos sentavam e comiam juntos. Criamos, assim, alguns anteparos que nos emolduravam, mas que permitiam nesse mínimo enquadre criar, experimentar e acompanhar os processos. Escolhemos seguir aquilo que o encontro com as crianças indicava, era essa situação singular que criava o percurso. Não queríamos estar alinhados à escola, à clínica e a terapêuticas, no entanto, levamos em consideração que tudo isso nos atravessava e implicava ao criar um espaço aberto a encontros heterogêneos e investido em experimentações.

Com essa proposta, convidamos crianças que experimentam lugares minoritários na cidade e que ocupam o espaço urbano de uma forma muito peculiar a estar conosco, permitindo que acompanhássemos um tanto de suas vidas, de seus espaços de pertenci-

mento, das dúvidas, dos conflitos das convivências e do sofrimento produzido por algumas experiências limites que a vida em um regime de exceção produz. O tratamento em saúde nunca foi nossa meta. Nossa orientação foi buscar um lugar que cuida e não trata.

## 2 – Passagens entre territórios

O grupo teve início com o agenciamento da líder da ocupação e as crianças foram ocupando o espaço de forma espontânea, chegando sempre no horário combinado e com raras faltas. Esse começo foi marcado por um não saber radical. Encontrávamo-nos, fazíamos a roda de chegada e juntos decidíamos qual atividade nos ocuparia naquela noite. Não levamos nada pronto e nem indicávamos direções. Produzíamos juntos, de forma coletiva, acompanhando o movimento daquelas crianças.

Os primeiros encontros foram repletos de brincadeiras e jogos. Diante da questão do que faríamos naquela noite, o *vamos brincar* era unânime. Cada criança sugeria do que queria brincar enquanto as outras opinavam sobre o desejo ou não de escolher aquela atividade. Após a escolha, por vezes aceita pela maioria, em outras por via da votação, as regras eram colocadas, discutidas e os acordos selados. Era interessante observar que a cada início de brincadeira, as crianças maiores faziam questão de lembrar que devíamos ter cuidado especial com os mais novos. Era preciso cuidar para que eles não se machucassem.

Futebol, pega-pega, vampiro vampirão, cabra cega... Foi brincando junto que iniciamos a criação de vínculos, gerando um espaço de intimidade de confiança. Aos poucos o restaurante era explorado com curiosidade. A cada dia uma fronteira era transposta e as crianças se espalhavam por todos os ambientes, criando uma conexão que em nenhum momento esperamos que acontecesse. Os funcionários, em sua maioria estrangeira, passaram a olhar aquele bando barulhento com curiosidade. Quem são? Por que estão ali? Naquele horário tão estranho à infância... e em um ambiente mais inusitado ainda. Fomos batizados pela equipe de trabalhadores de Al Janiah Kids e fincamos nosso lugar na rotina semanal de todos.

Durante esse processo, uma importante ferramenta inspirou nossa prática: a dinâmica que Deleuze e Guattari chamaram de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização. Esses conceitos nos auxiliaram a pensar o grupo enquanto um espaço de cuidado que ampliava possibilidades de encontros na vida das crianças, mas também na dos funcionários do Al Jannah em um movimento de contaminação mútua, que foi um grande achado do grupo. Não esperávamos que isso pudesse acontecer.

O território é experimentado como uma situação inventiva que abriga produções de subjetividade. Deleuze e Guattari (2005) escreveram que território é o “em casa”, ora criando um centro estável, calmo que estabiliza no seio do caos, ora traçando em torno do centro frágil e incerto um círculo, criando um perímetro e ora entreabrindo esse círculo a partir das forças que ele abriga em direção a outras forças, indo ao encontro do Mundo, confundindo-se com ele. Na perspectiva dos autores, ele é *criativo*, é um ato que tem em suas qualidades expressivas uma dimensão “forçosamente apropriativa” (DELEUZE; GUATTARI, 2002).

A cada quarta feira, o estrangeiro, o encontro com algumas diferenças entrou em cena. Desestabilizando o “em casa” de todos que ocupavam o espaço do restaurante, tanto pela perspectiva das crianças quanto pela dos funcionários do Al Jannah, alguns estranhamentos disparavam indagações sustentadas pelo que era incomum nas referências culturais. Estas aguçaram a curiosidade daquelas crianças sobre quem eram aqueles “árabes” que falavam uma língua estranha e, afinal de contas, onde fica a “Arábia”?

As perguntas se tornaram frequentes e as pesquisas das crianças ocupavam um tempo importante do grupo: Que sal estranho é esse? Era o que indagavam se referindo ao tempero árabe chamado Zaatar, muito utilizado nas cozinhas árabes. Vocês falam árabe também? Você é inglesa? E ele é inglês ou o quê? Que língua sabem falar? As questões sobre as origens de cada uma delas foram sendo traduzidas como uma forma de se aproximarem das histórias das suas famílias e, logo, os diálogos sobre os antepassados circulavam livremente entre todos nós sem nenhum tipo de neutralidade e/ou hierarquia. Dividimos histórias de nossas famí-

lias, trouxemos objetos que contavam sobre as viagens feitas por avós, mostramos fotos antigas de pessoas do passado. Meu pai é boliviano e minha mãe é coreana. Parece que minha avó morreu em um forno. Minha bisavó veio fugida da guerra, era perseguida por ser judia. Eu nasci no meio do caminho nos dizia uma menina. Ela passou a indagar sobre sua história e o que podia significar frase tão estranha. Descobriu, então, perguntando aos pais que não havia nascido no Brasil, mas em um local no trânsito que fizeram antes de chegar ao país. As diferenças passaram a sustentar um comum e o grupo acolhia todas as formas de ocupação do país, mesmo quando uma menina disse: sou brasileira mesmo, minha família veio de Goiás, não sou migrante. O que unia cada um eram os deslocamentos, misturas e diferenças.

Foram nessas conversas que aprofundamos questões sobre as origens dos imigrantes, para seguirmos para outra pergunta: como são os estrangeiros? Pergunta que tem como subtítulo a indagação sobre as origens de cada uma delas. Decidimos em grupo elaborar uma entrevista com um refugiado palestino funcionário do restaurante.

Fizemos um ensaio antes do contato e pensamos que para realizar a entrevista deveríamos preparar perguntas com antecedência, começamos a pesquisar o que gostaríamos de saber sobre essa pessoa que ainda não tinha forma nem rosto. Era apenas um borrão de estereótipos e estranhamentos. A primeira pergunta foi sobre o lenço (*jihab*) que eles usavam na cabeça, seguida de perguntas como o nome, o nome da sua cidade, o que comiam lá e por que tinham vindo para o Brasil. Uma criança perguntou se tinha brinquedo na Palestina e as outras crianças queriam saber quais são as brincadeiras de lá. As duas últimas perguntas eram: os pais de vocês brigavam quando aprontavam? O que vocês faziam quando brigavam com os seus irmãos? Na diferença, a ligação do que era partilhado na infância aqui ou na Palestina teve seu lugar agenciando um comum.

A entrevista foi vivida com grande entusiasmo pelas crianças que se divertiam com as palavras indecifráveis ditas e depois traduzidas. Elas se organizaram em forma de rodízio e cada uma fazia

uma pergunta para um funcionário do restaurante, enquanto as outras anotavam as respostas. Aos poucos a excitação do diferente foi dando lugar à calma, concentração, um interesse naquele homem que ria a cada pergunta que ouvia. As crianças queriam saber como se brincava na Palestina e descobriram que o jogo preferido do entrevistado quando criança chamava-se: sete pedras.

No encontro seguinte, tentamos reproduzir a brincadeira das sete pedras. Procuramos vídeos de crianças palestinas jogando e quando começamos a brincar, alguns funcionários do espaço, que até aquele momento eram muito calados e não se relacionavam com o grupo, se aproximaram e se ofereceram para ensinar. Esse brincar entre adultos e crianças logo contagiou outros funcionários. Outro refugiado palestino pediu para ensinar sua brincadeira, que lembrava amarelinha, um argelino que trabalhava na caixa também quis ensinar como se brincava no país dele. E ao longo dos outros encontros, jogamos desde amarelinha palestina, passando por queimada argelina, até um tipo de polícia e ladrão do Congo. Nesse jogo dos encontros, o tema inicial do grupo, *o projeto*, pôde fazer sua aparição na medida em que seguimos no agir sem intencionalidades. Encontros entre territórios tão diversos nos possibilitou traçar linhas que se entrecruzavam e atualizavam na experiência vivida uma faceta parte da do que é imigrar e se encontrar com o outro. O contato com o estrangeiro se deu pela contaminação espontânea de territórios e não por uma exigência dos coordenadores do grupo, que buscava um ponto de chegada, uma finalidade da experiência em uma teleologia grupal. O que se dispôs se deu pela possibilidade de *estar junto* fazendo algo.

Diariamente passa-se de um território para outro. As pessoas vivem, circulam, inventam territórios agenciados por elementos peculiares dos espaços. Do território-domicílio com o som do despertador, o andar assonado antes da xícara de café, o pijama, o banho, o endereço, a cidade para o território-ônibus. Com o som do motor, o cobrador, o bom-dia para o passageiro que é companhia diária, a temperatura, a posição de pé ou sentada, o ponto-final, para o território-trabalho. Com água fresca ao chegar, com a hora do almoço, com a atividade laboral...

Território, na perspectiva por nós adotada, não prescinde da *expressividade*, não preexiste nas funções espaciais apenas, mas sim toma emprestado do espaço elementos que adquirem expressividade quando mudam de função. Território como um ato, um produto de “uma territorialização dos meios e dos ritmos, construídos a partir de pedaços de meios e marcado por seus componentes mais diversos [...]” (BRANDÃO, 2008, p. 64).

O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material (consistência de um “agenciamento”) e afetiva (fronteiras problemáticas de minha “potência”). O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (pontos de angústia, de vergonha, de inibição), ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência. (ZOURA-BICHVILI, 2004, p. 23).

Uma casa, por exemplo, com suas funções de habitação, proteção de intempéries climáticas ou de local fixo na cidade, por si só, não garante a construção de um território. Ela terá que assumir outras funções que não somente pragmáticas para ser um território. Terá cor, arranjos nos espaços, quadros, sons, que expressam uma maneira específica de se estar no espaço. Um exemplo interessante é o da torcida de futebol. Uma arquibancada de estádio lotada não delimita um território. A torcida, ao cantar, gritar, vibrar, xingar o juiz, ser uniformizada, ter um nome e cor pode agenciar um território, pois assumiu conteúdos expressivos que a delimita. Dessa forma, o território não é algo que prescinde da atividade e da apropriação subjetiva. “Os territórios existenciais são construídos com elementos materiais e afetivos do meio que, apropriados de forma expressiva, findam por constituir lugares para viver” (LIMA E YASUI, 2014, p. 600).

Aprendemos a brincar juntos com pessoas, cujo idioma não falávamos, isso não foi necessário. O que se intensificou ali foi uma conexão curiosa, aberta aos desassossegos de se aproximar

do outro, de um território estrangeiro buscando uma hospedagem provisória com menor incidência, de racionalidades. Hospedagem provisória e provisoriedade de práticas. Experimentar situações em uma casa que não é nossa, em um local não confortável. Não se trata de uma proposta de alívio, é uma indicação de manejo que não simplifica, mas sim complexificava a experiência do grupo. O sentido dessa experiência não está pronto, será feito no encontro e no desassossego da montagem do comum.

### **3 – A ocupação após a reintegração**

O grupo seguiu por meses sem interrupções. Com frio, com chuva, no jogo da copa, às quartas-feiras, às 19 horas, estávamos todos lá. No momento de fundação do projeto não nos identificamos às crianças como psicólogos, demos conta disso meses depois. Estávamos lá à disposição e isso bastou para que um vínculo de confiança se assentasse e o grupo passou a ser um espaço em que crianças traziam assuntos de seu cotidiano. Brigas na família, situações angustiantes vividas na escola, amores frustrados, desentendimentos entre os participantes e em período específico, a violência de se perder a casa.

O lugar que aquelas crianças viviam, o prédio ocupado, sempre correu risco e a instabilidade esteve presente em nossos encontros. A reintegração de posse era inevitável, a líder dos moradores já havia nos alertado sobre a possibilidade de as famílias serem obrigadas a saírem do prédio, o que implicaria retirar todos os pertences, móveis, roupas, objetos, lembranças e documentos dos moradores. As marcas do que tinham construído naquele espaço, os modos de vida seriam colocados para fora. As crianças não falavam sobre isso nos encontros, quando indagadas sobre a situação do prédio, se olhavam e calavam. Não sabíamos se elas desconheciam o que estava acontecendo ou se estavam guardando segredo, guardando algo muito particular e que as mobilizava muito. Um dia uma delas rompeu o silêncio e disse que elas iriam sair do prédio. “Saiu a reintegração de posse”. A casa derramou.

Pela primeira vez em meses o grupo não aconteceu. Nós, coordenadores, íamos toda semana ao espaço, aguardávamos as crian-

ças e/ou notícias sustentando o grupo, mesmo que esvaziado. Ficamos sem contato com as crianças por duas semanas, recebíamos notícias, mensagens, olás por telefone, porém o nosso contato foi interrompido. Elas se espalharam pela cidade, as famílias tiveram que encontrar outro lugar de moradia que seria em caráter provisório. A intenção daquele coletivo era reocupar o imóvel, mas, não havia garantias e o provisório podia se tornar definitivo.

Depois de duas tentativas de retorno ao mesmo prédio, as famílias conseguiram voltar para as casas e as crianças puderam retornar para as suas rotinas, escola, espaços de cuidado e também para o grupo semanal. O retorno ao grupo foi marcado pela indignação e revolta pelo que encontraram na volta para casa. As crianças relatavam a destruição de seus espaços e contavam com tristeza sobre o quanto não encontraram sua casa como era antes: “fizeram cocô no minha sala”; “destruíram a porta que eu tinha pintado”; “arrancaram os adesivos do meu armário”.

Perguntávamo-nos de que forma cada uma delas estava experimentado ver suas casas derramadas e tendo que lidar com certo desmanche de seus territórios de vida. Muitas marcas afetivas, de memória e de suas histórias foram dissolvidas e eliminadas de suas casas.

A partir desse momento, o grupo foi um importante vetor que auxiliou na reapropriação do espaço de moradia. Terem sido obrigadas a abandonar suas casas aproximou as crianças da temática da luta por moradia e aquilo que era segredo passou a ser assunto urgente nos seguintes encontros do grupo.

74 As histórias censuradas pelas crianças começaram a fazer parte do repertório dos encontros. Contavam como era o prédio, sobre conflitos delas com outros moradores, o cachorro do vizinho que morde, a falta de espaço de brincadeiras, a solidariedade entre moradores e a angústia de todo esse tempo longe morando em lugares estranhos. Enfim, passaram a versar sobre a experiência de viver em uma ocupação de moradia.

Juntos, definimos o que considerávamos ser uma moradia em uma ocupação. Com caixas, papel, fita, tinta e cola, fizemos maquetes do prédio numa tentativa de acolher de forma expressiva e criati-

va seus lugares de pertencimentos e modos de ocupação do espaço. Por semanas, montamos prédios e imediações do bairro e conversamos sobre a ocupação e sobre o cotidiano de vida das crianças.

Elas passaram a questionar qual era o lugar delas dentro do prédio, reivindicando espaços de fala e demandando participação dentro da comunidade em que viviam. Questionavam alguns funcionamentos da coletividade de moradores, queriam propor mudanças. Questionamos a líder da ocupação se as crianças tinham algum tipo de espaço nas assembleias de moradores. Descobrimos que aquele era um espaço deliberativo reservado somente aos adultos. Nesse momento uma questão importante se configurou: seria possível escavar no cotidiano da ocupação com as crianças espaços de fala, de participação social e política, cultivando a implicação e protagonismo delas?

O grupo então se deteve nesse novo momento de reivindicação de direitos e uma estratégia adotada pelas crianças foi a eleição de um representante entre elas. Montamos o cenário de uma votação em que todas se candidataram aos cargos de representante, vice e suplente. Com urna e cédulas em mão, todos votaram e elegeram um germe de liderança.

Essa experimentação está ainda por vir, no momento desta escrita ainda não exploramos as ramificações dessa conquista, mas apostamos na potência desse grupo.

Aposta em novas aberturas e em outras complexidades. Durante todo o processo grupal, acompanhamos, estivemos juntos das crianças na travessia que fizeram nas transformações das experiências do cotidiano na cidade, marcadas por uma complexidade absolutamente singular que é esta de ocupar um espaço tão exíguo e indeterminado. Procuramos sustentar coletivamente o tracejado de um plano comum enraizado na experimentação do encontro com o estrangeiro, com o estranho, com o heterogêneo. Esse encontro com o diverso em si e no outro e a experiência limite de desapropriação de seus modos de vida possibilitou àquelas crianças a montagem de saídas criativas que engendraram novos caminhos e aberturas a territórios a serem explorados. Consideramos que a reintegração de posse do prédio desvelou possibilidades de participação social,

reinvidicação de direitos em um movimento de reterritorialização do espaço. Esse processo se torna potente naquilo que cria de novo, não é necessariamente um retorno ao território de origem, ele implica na construção de um novo processo, um novo “em casa” para se habitar e produzir outros modos de vida e no desassossego criar. Trata-se sempre de uma abertura ao mundo. Gostaríamos, então, de encerrar com as palavras das crianças sobre o que para elas é a definição de ocupação de moradia: *“Um prédio abandonado que o movimento pega esse prédio, pega moradores de rua e bota nessa ocupação. Mas antes eles limpam todo o prédio, deixa arrumadinho e coloca todas as coisas dos moradores. Nem todos são moradores de rua, mas são necessitados. Dividimos as contas, se precisar de alguma coisa, tipo cebola, você pode pedir pra uma pessoa. Tem prédio que não é abandonado, mas a gente só pega prédio abandonado”*.

## Referências

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A casa subjetiva**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix. Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo, Editora 34, 2002.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo, Editora 34, 2005.

DELIGNY, Ferdinand. **O aracniano**. São Paulo N-1 edições. São Paulo, 2015.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo and YASUI, Silvio. **Territórios e sentidos**: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde debate* [online]. 2014, vol.38, n. 102, pp. 593-606.

MARQUES, Ana Maria e JORGE, Eduardo. **Como se fosse a casa** (uma correspondência). Belo Horizonte, Reicário Edições, 2017.

PELBART, Peter. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. São Paulo N-1 edições. São Paulo, 2016.

ZOURABICHVILLI, Francois. **Vocabulário de Deleuze** (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2014.

# A PSICOLOGIA NOS TERRITÓRIOS: REFLEXÕES SOBRE MORADIA E SUBJETIVIDADES

**Patrícia Farina**

*Atriz do Coletivo Pagú prá Ver de Teatro do Oprimido, Graduada em Psicologia pela Universidade São Francisco, Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Especialista em Saúde da Família pela UNASUS/Unifesp. É Psicóloga apoiadora matricial da equipe NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família SMS/SP, atuou na região da Brasilândia (2010-2012), na República região central da cidade de São Paulo (2012-2017) e atualmente compõe a equipe Piauí (Zona Oeste) além de atuar como tutora em cursos destinados a capacitação de equipes da atenção básica, promovidos pelo Ministério da Saúde.*

“– E essa menina é o que mesmo?”

– Psicóloga.

– Ah, diferente, né?”

Vivian era uma agente comunitária de saúde que me procurou aflita num fim de tarde quando nós duas estávamos quase indo embora. Contou-me de uma cadastrada sua que dizia ter vontade de tirar a própria vida, pois seria despejada em breve por conta de uma dívida de condomínio. No dia seguinte, realizamos uma visita domiciliar juntas a essa mulher e seu filho. Ambos já haviam separado num carrinho os principais pertences que permaneceriam com eles, nos contaram brevemente que mesmo havendo tentado negociar a dívida, não fora possível e agora o apartamento iria à leilão, levando Marilene e seu filho a buscar outra forma de moradia.

Poucos minutos depois, chegou o caminhão da prefeitura para o despejo, bem como uma advogada e o responsável pelo prédio. O que aconteceu a seguir é uma das piores memórias que coleciono do período em que trabalho na Estratégia de Saúde da Família, compondo a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.

Além de observar os móveis e objetos de Marilene e seu filho serem arrancados de maneira descuidada e violenta e levados para o caminhão, ouvi ameaças e observei um dedo em riste quase encostando em meu rosto. Aquelas pessoas estavam bastante incomodadas por acompanharmos a saída de Marilene do apartamento, já ela, por sua vez, parecia bastante satisfeita por estarmos ali e, encorajada, a exigir e a reclamar sobre o que acreditava ser correto naquele processo de retirada. Em determinado momento, disse que se desejasse voltava ao apartamento e ocupava e foi nesse momento em que as ameaças recaíram não somente a ela, mas às trabalhadoras de saúde presentes naquele local.

Na hora seguinte, com a partida do caminhão, eu e Vivian buscamos ajuda do coordenador de um prédio ocupado por um dos movimentos de moradia presentes e atuantes na região central de São Paulo, felizmente esta agente comunitária de saúde já tinha proximidade com o coordenador, uma vez que também se tratava de um prédio atendido por nossa Unidade Básica de Saúde e ela também era militante do movimento.

Marilene e seu filho poderiam dormir aquela noite no escritório do movimento – que servia também como pernoite emergencial em casos como este e, no dia seguinte, seriam alocados em um dos quartos do prédio da ocupação.

Semanas depois, dialogamos com a família e a defensoria pública e o caso teve outros desdobramentos, seja em seu acompanhamento em saúde, como nos trâmites judiciais que envolviam a venda em leilão do apartamento. Até onde acompanhei, o termo especulação imobiliária era bastante mencionado.

78

Quando me despedi de Marilene e seu filho no dia em que nos conhecemos e a deixei com a Vivian e o coordenador do prédio, no escritório da ocupação, ainda a ouvi questionar discretamente à agente comunitária, afinal, quem eu era. E qual fora a sua surpresa ao descobrir que era uma psicóloga, que teria ido visitá-la para conversar sobre uma suposta ideia suicida. Comentou com Vivian que me achou um tanto diferente das profissionais de saúde que havia conhecido, com certa surpresa a respeito de minha coragem no diálogo de enfrentamento com aqueles que realizavam o despejo, me diria depois Vivian.

Mas não se tratava de coragem, mas de inquietudes que a clínica, sim, a clínica nos provoca. Compreendo que o ocorrido ali fora um trabalho eminentemente clínico. Quando nos referimos a uma clínica social, muitos associam erroneamente a uma clínica de gratuidade, benevolência ou de rigor clínico inferior. Mas arrisco a dizer que toda clínica é social. Social à medida que desenvolve escuta e se instrumentaliza a partir daquilo que acontece na sociedade, aos sujeitos e a coletivos.

Outra atividade que realizava periodicamente no trabalho nesta UBS era relacionada a um grupo com cuidadores de crianças que eram atendidas em outro grupo terapêutico (que acontecia em horário concomitante), devido a queixas de comportamento e/ou aprendizagem. Como é de se esperar em uma sociedade ainda bastante machista e patriarcal e em que o cuidado e educação dos filhos cabe quase que exclusivamente às mulheres, a maioria das participantes do grupo de cuidadores era composta de mães, avós, tias e irmãs das crianças. O que me surpreendia nesse grupo era que como moradoras da região central, todas as participantes eram ligadas aos movimentos de moradia e atualmente ou residiam em alguma ocupação ou em prédios regulares conquistados por meio do movimento de moradias. Assim, a história de maternagem e cuidado com os filhos (netos, enteados, sobrinhos, irmãos), muitas vezes, solitária ou marcada por violência e abandono, misturava-se também com a luta por moradia, a acolhida dos movimentos e o impacto que uma moradia segura trouxe à suas vidas e de suas crianças. Não foram poucas as vezes em que saí desse grupo sentindo-me privilegiada por conhecer tais histórias, fortalecida e reconhecendo naquelas mulheres potencialidades que elas mesmas em alguns momentos se esqueciam.

Trabalhar no Centro de São Paulo me permitiu conhecer um pouco mais de perto os movimentos de moradia, os apartamentos divididos por várias famílias de imigrantes, os centros de acolhida para população de rua e os prédios antigos de apartamentos tão grandes quanto solitários e anônimos e as pequenas kitnets, cuja única janela dava vista para um estacionamento vertical. Todas essas formas de morar, habitar e existir certamente têm impacto

nos processos de saúde e doença dessa comunidade. Incluem-se aí também seus trabalhadores, seja o agente de saúde que saiu do quarto de pensão onde o uso abusivo de drogas era cotidiano e o fazia sentir-se inseguro e ingressou em uma ocupação, segundo ele, com mais garantias de que seu quarto não seria arrombado e nem seus filhos lhe questionariam sobre o cheiro de crack. Seja o técnico de nível superior que migrou no interior para capital para estudar e trabalhar, assustando-se com os altos aluguéis da cidade e, ainda sim, mesmo com medo de demissões e trocas de organizações sociais, “conta as moedas” para manter-se “da ponte pra cá” do Centro expandido, no desejo de poder usufruir melhor do acesso a circulação, educação, cultura e outras oportunidades que o Centro da cidade lhe proporciona.

Dizer que a condição de moradia tem relação com a saúde de um sujeito pode parecer uma afirmação óbvia. Análises de condições urbanas, domiciliares e comunitárias podem nos levar a verificar relações entre a estrutura física ou o espaço subjetivo e os processos de prevenção ou risco de adoecimento. Mas, parafraseando a gestão atual do Conselho Regional de Psicologia sobre “Como a nossa luta cria?” eu colocaria a questão: Como se cria Psicologia na luta? Uma direção clínica possível é ser uma facilitadora de lutas? Estaria isso relacionado a um compromisso da Psicologia? É desse papel facilitador que dizia Marilene, quando identificou algo de diferente em nossa atuação? Ficamos com esta questão.

# O “PROBLEMA” DA FALTA DE MORADIA NO BRASIL: ESTIGMA DA POBREZA E LUTA POR DIGNIDADE

**João Sette Whitaker Ferreira**

*Arquiteto-urbanista e economista, é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e foi Secretário de Habitação do Município de São Paulo na gestão Fernando Haddad.*

A problemática da (falta de) moradia é hoje central na sociedade brasileira. Enquanto temas como educação e saúde foram, corretamente, apreendidos pela sociedade como fundamentais para o bem-estar social, e por isso receberam especial atenção desde a Constituição de 1988 (com reserva orçamentária específica em todas as esferas de governo), o da moradia foi subestimado.

A moradia é, de certa forma, um “problema invisível” porque, a rigor, afeta drasticamente somente quem sofre com isso. Para as classes de maior renda, a falta de moradia, muitas vezes, se resume a uma visão pela janela do carro nas periferias atravessadas nas viagens à praia. Ou na pseudopreocupação com os problemas de empregadas domésticas, funcionários da casa que relatam aflitos as dificuldades que passam e as longas viagens em sistemas precários de transporte para chegar ao trabalho e voltar para casa. Desabamentos, enchentes e as frequentes mortes decorrentes chocam pela TV, mas são um problema distante do dia a dia dos chamados – sintomaticamente – “bairros nobres”.

A “invisível” problemática da (falta de) moradia não é problema nos bairros formais, onde as pessoas que puderam pagar por suas casas vivem em uma urbanidade que “funciona”, onde as regras se aplicam (permitindo até a corrupção na sua fiscalização), e os investimentos em infraestrutura urbana são colossalmente concentrados desde sempre. Em compensação, nas periferias, a situação se inverte, e a precariedade torna-se regra. Um passeio comparativo por um bairro “nobre” de qualquer cidade do nosso país e depois

por outro, na periferia, impressiona pelo tratamento dispendido na qualificação daqueles espaços, na diferença entre o asfalto recente, as faixas bem pintadas, a arborização farta, de um lado e, de outro, as guias mal mantidas, os buracos, os faróis quebrados, para ficar só nesses exemplos.

Nossas cidades são espaços de *apartheid* e, a verdade é essa, máquinas de moer gente. Os mais pobres, é claro. E isso não é apenas retórica. Historicamente não há políticas públicas de moradia suficientes para os mais pobres, e nesse segmento, o mercado não atua de forma independente. Isso se agrava com o fato da estrutura econômica brasileira, não obstante alguma melhora nas primeiras décadas deste século, ser extremamente concentradora da renda, o que faz com que, permanentemente, o número de famílias sem condições de arcar com os custos da moradia aumente. Além disso, o Brasil adotou como política social o caminho escabroso do encarceramento ou da eliminação pura e simples da população mais pobre: é o país com mais mortes violentas no mundo (desde 2012, ultrapassou-se as 50 mil por ano), sendo quase metade dela jovens, negros e pobres, moradores das periferias. O Brasil é o país com a terceira maior população encarcerada no mundo. As cidades são a expressão territorial e espacial das tensões sociais, e não há como uma sociedade que adota esse tipo de estratégia ter cidades harmoniosas, democráticas e humanizadas.

A essa massa de gente morando nas periferias distantes e desconectadas, onde se generaliza a precariedade em níveis mais ou menos graves, soma-se, desde o início deste século, a absurda concentração de prédios vazios nos centros das grandes cidades, que trouxe a “problemática” da moradia para as regiões centrais. Hoje, o número de unidades vazias – pelas mais diversas razões, desde a óbvia especulação até questões de herança, dívidas, etc. – corresponde mais ou menos ao déficit habitacional do país, entre 5 e 6 milhões de unidades. Teoricamente, isso deveria ao menos alavancar um enorme esforço público para reverter esse quadro e aproveitar esse potencial de moradias. Mas, para isso, seria necessário enfrentar o direito à propriedade privada, que no Brasil, é sagrado. Mesmo que esses imóveis não cumpram sua função social, estejam submersos em dívidas, repre-

sentem perigo para a população, não há, na verdade, o desejo social e político (isto é suficientemente forte para obrigar o Poder Público a pôr em prática alguma ação) de resolver essa questão, enfrentando-se privilégios. Talvez a questão esteja aí. A necessária oferta de moradia aos mais pobres é vista naturalmente como um problema, mas nunca como uma política necessária. O que demonstra a perversa miopia da nossa sociedade, em especial de suas elites: uma mudança desse paradigma teria o condão de trazer benefícios sociais em todos os níveis, na vida das pessoas beneficiadas, mas também na economia urbana, no funcionamento geral das cidades, que precisam, para sair do caos em que estão, ser mais acessíveis, democráticas, compreensíveis, humanas, socialmente diversas. Cidades homogêneas quanto às moradias e a qualidade urbana de seus bairros seriam infinitamente melhores para todos.

Mas a lógica da produção urbana no Brasil é outra, não passa pela ação racional do Estado fazer algo em prol de um “interesse comum” a toda a sociedade, mas reflete, infelizmente, a natureza patrimonialista em que o Estado é historicamente tão somente um instrumento das classes dominantes para efetivar e preservar seus interesses particulares, o que implica, no âmbito das cidades, na manutenção eterna de bairros ultraprivilegiados e no desdém para com o resto. A questão da natureza e do papel do Estado é, no caso da questão urbana, essencial, visto que as cidades são fruto de uma produção social, conduzida pelo Estado, justamente. Muito embora se possa produzir a casa individualmente, não se pode fazer o mesmo com a “cidade” dentro da qual essa casa se situa. Em outras palavras, não se pode arcar individualmente com a construção de uma linha de metrô ao custo de 100 milhões de dólares o quilômetro, ou de uma estação de tratamento de esgoto, de avenidas, etc. O Estado assume esse papel e, a partir desse fato, se percebe o enorme poder que tem: ao decidir sobre locais de investimento para produzir “cidade”, o Estado decide sobre a qualidade dessas localizações e, conseqüentemente, seu preço e a conseqüente valorização dos bairros mais privilegiados.

Em um Estado de perfil keynesiano, este pode regular os desequilíbrios decorrentes da inescapável variação territorial desses investimentos, já que seria muito difícil conseguir investir sempre

igualmente na cidade toda. Aumenta os impostos nos bairros ricos, para ampliar os investimentos nos mais pobres, estabelece regras para controlar a ação predatória do mercado imobiliário (que tem como objetivo o lucro e não a construção de uma cidade agradável), e assim por diante. No Brasil, a absoluta falta da regulação pública faz com que a heterogeneidade dos investimentos seja gritante e o controle da atividade econômica urbana, pífio. Nossas cidades têm um quê de faroeste, onde ganha o mais forte, aquele com mais poder de *lobby*, com melhores condições de instrumentalizar a ação pública.

A casa entra nessa discussão, porque ela não pode ser independentizada da dimensão urbana. E como a casa está (ou deveria estar) inserida em um sistema caro de infraestruturas, ela se torna um bem caro, sobretudo, pelo custo da terra urbanizada sobre a qual ela se assenta. Assim, é normal que ela seja um bem de difícil acesso para os mais pobres. Por isso, a oferta da moradia para essa população deveria ser assumida pelo poder público. Mais uma vez, no contexto de economias keynesianas (mesmo que hoje, em processo de esfarelamento), o Estado assume isso por meio de políticas de locação social, construindo um parque público de habitações que é disponibilizado, via aluguel, à população mais pobre. No caso brasileiro, a coisa é bem diferente: ao longo da história, foram poucas as políticas destinadas a resolver a demanda por moradia, e quando existiram, como o BNH, não foram para aluguel social, mas pelo acesso à casa própria, pago, e com isso acabaram por beneficiar uma população com alguma capacidade de pagamento. Apesar de seus muitos problemas, o Programa Minha Casa Minha Vida, cujo término de investimentos foi recentemente anunciado, em mais um retrocesso neste país, foi o único a romper esse ciclo vicioso, ao colocar cerca de R\$ 100 bilhões de recursos públicos a fundo perdido para subsídio total da moradia para as faixas de renda mais baixas, produzindo cerca de 1,7 milhões de unidades.

Ainda assim, isso pouco afetou o déficit habitacional. As bolhas imobiliárias que geram ininterrupta valorização dos terrenos e dos aluguéis, expulsando famílias de suas casas por impossibilidade de pagamento; a política econômica que gera desemprego e não é distributiva (e quando o é, como aconteceu na primeira década deste

século, é por pouco tempo, sem a perenidade necessária); a urbanização desastrosa que produz cidades que não oferecem alternativas de moradia aos mais pobres; a ausência de políticas habitacionais, tanto públicas quanto privadas com incentivos públicos, absolutamente insuficientes para enfrentar de forma efetiva a demanda que só cresce, são alguns dos elementos que fazem com que a “proble-mática” da moradia seja tão premente na nossa sociedade. O chamado déficit habitacional é complexo de se calcular, pois envolve não só quem não tem efetivamente onde morar (população em situação de rua ou ainda famílias que coabitam em uma mesma casa), como quem mora em situação muito precária, em casas informais, sob risco permanente (de desabamento, solapamento, inundação, incêndio...), ou ainda quem até tem onde morar, mas indica não conseguir pagar o aluguel (o chamado “déficit por ônus excessivo de aluguel”).

Assim, de um déficit nacional que supera os seis milhões de moradias, só o Município de São Paulo responde por cerca de um milhão de unidades, segundo o levantamento feito para o Plano Municipal de Habitação de 2016 que, infelizmente e como de praxe, não foi continuado pela atual gestão, embora colocasse um fio condutor para a política habitacional nos próximos 16 anos. Desse milhão, cerca de 400 mil correspondem a famílias em situação de precariedade, dentre as quais cerca de 100 mil estão em situação emergencial. Para se ter uma ideia, em quatro anos, uma gestão verdadeiramente comprometida com a questão (o que é raro) consegue alavancar (ou seja, continuar e concluir as políticas da gestão anterior e lançar novas obras) cerca de 40 mil unidades e entregar, de fato, quando muito, cerca de 25 mil. Isso falando do município, de longe, o mais poderoso do país. Para se ter uma ideia de que, sem mudanças reais da estrutura mesmo das formas de enfrentamento dessa questão, com um compromisso de grandes investimentos e profundas mudanças na lógica excludente das cidades, mudanças que as abram para uma composição mais democrática com diversidade social, o problema da falta de moradias no Brasil nunca será de fato resolvido.

Ocorre que isso não depende apenas de uma “vontade política” de uma ou outra gestão. Vimos, em São Paulo, que até medidas civilizatórias simples, como a redução da velocidade dos carros para evi-

tar mortes no trânsito, causam impacto por enfrentarem privilégios (o do uso indiscriminado e sem controle do transporte individual) e são, por isso, facilmente manipuladas para fins eleitoreiros. Imagine-se então o enfrentamento do déficit de moradias, um processo civilizatório essencial, mas que depende de uma aceitação política ampla na sociedade, que não parece próxima de acontecer. Pois as classes mais altas, daqueles que não sofrem com esse problema, estão mais propícias a “resolver” a questão chamando quem não tem casa e luta para ter de “invasores”, “vagabundos”, “radicais”.

Embora a mídia hoje atente, sobretudo, para as ocupações de prédios vazios nas áreas centrais, talvez porque mais próximas da cidade rica e por isso mais incômodas, a falta de moradia se tipifica de várias formas, além dessa. A precariedade da moradia está nas favelas, é claro, mas também nos cortiços nas áreas centrais, nos loteamentos muito precários das regiões periféricas, nas ocupações de terrenos de todo tipo – alguns muito perigosos – e em toda a cidade. A falta de moradia provoca uma série de consequências bastante sérias: a impossibilidade de poder fornecer um endereço cerceia a cidadania, porque impede de receber uma correspondência, de pleitear emprego, de conseguir vaga na escola, de fazer uma compra no crediário. A falta de moradia digna sem infraestrutura e serviços urbanos acarreta problemas de saúde pela sua insalubridade, de educação, pela impossibilidade de se ter um ciclo de aprendizado escolar perene para seus filhos, de estresse para os adultos que, via de regra, passam cerca de meia jornada de trabalho espremidos em transportes públicos ainda bastante precários, apesar de algumas melhoras.

86 Mas, acima de tudo, toda essa população sofre com o mesmo problema, o maior de todos: o de ser estigmatizada pelos que têm onde morar. Na escola, no serviço – quando se consegue um – o morador de favela, de cortiço, é visto de forma enviesada, como um meio-cidadão, como alguém que tem algum problema, como alguém que não se socializa, colocando sobre suas costas toda a “culpa” social por sua condição. Por isso o advento do termo “comunidade”, que tenta colocar na estigmatizada favela uma imagem mais cidadã e humana. O mais perverso disso tudo, entretanto, é que na prática esse estigma serve para justificar os salários miseráveis dos empregos in-

formais, que são hoje majoritários, e só irão aumentar com a reforma trabalhista. Essa “gente” não merece direitos, muito menos salários, e o círculo vicioso da não inserção social só se aprofunda.

O que é tragicamente irônico é que, muitas vezes, as formas de vida nas “comunidades”, nos cortiços, nos bairros de loteamentos, são socialmente mais saudáveis e humanas do que nos bairros ricos, onde impera a formalidade urbana. Se nestes últimos nossa urbanização criou muros, guaritas, condomínios fortificados que renegam a rua e a vida em sociedade, nos bairros mais pobres há mais convívio, solidariedade entre vizinhos, áreas coletivas, uso da rua como espaço do brincar, etc. Mas essas características são, infelizmente, pouco valorizadas na sociedade do trabalho, do hiperconsumismo, do sucesso individual e da competitividade.

Nos prédios ocupados das áreas centrais, o preconceito se acentua. Aqueles que ocupam são automaticamente criminalizados. São invasores da propriedade alheia e, sabe-se, a propriedade é sagrada no Brasil. Ocorre que essa propriedade, por estar vazia e sem uso, está em situação ilegal. O Estatuto da Cidade, desde 2011, estabelece que os imóveis urbanos devem cumprir sua função social. O que é isso? Significa que um imóvel em área com infraestrutura custa caro à sociedade, pelos serviços de que dispõe: coleta de lixo, luz, água, esgoto, ônibus na porta, etc. Deixá-lo sem uso é desperdiçar o dinheiro público gasto para que ele possa estar lá. Cumprir a função social significa tão somente utilizá-lo. Mas pelos mais diversos motivos, que vão desde a especulação, os entraves jurídicos de propriedade, de heranças, até a incapacidade financeira de utilizá-los, esses prédios ficam vazios e, assim, tornam-se devedores (de IPTU) e se transformam em um problema para a cidade: ratos, fossos de elevadores abandonados, riscos de desabamento e assim por diante.

Quando os movimentos de moradia ocupam esses prédios, estão simplesmente mostrando para a sociedade o absurdo que é eles estarem vazios quando há tanta gente precisando de moradia. Muitas vezes, quando bem organizados, esses movimentos prestam um serviço à cidade: dão condições de uso e maior segurança aos prédios, e dão vida ao seu entorno. Porém, é raro um juiz no Brasil

entender que o problema é anterior à “invasão”, que o que deve ser combatido é a manutenção de prédios vazios que não contribuem em nada com a cidade. Via de regra, determina a reintegração de posse, violenta, sob força policial, para devolver à cidade um prédio vazio e perigoso, quando seria tão mais inteligente e socialmente saudável aproveitar para negociar o seu uso habitacional definitivo.

O enfrentamento da questão habitacional pelo poder público é lento e complexo. Mesmo quando temos gestões comprometidas com esse fim, as dificuldades são imensas. Primeiro, porque a perversidade da nossa estrutura social e política construiu uma espécie de máquina estatal que mais impede do que permite que se faça política pública. São pormenores jurídicos, administrativos, burocráticos, é a corrupção endêmica da máquina pública, é a atuação muitas vezes supérflua (ou infelizmente contaminada pela disputa política) do Ministério Público que mais entrava do que facilita, a falta de continuidade de políticas que, se são boas, a cada quatro anos se veem destruídas pelas novas gestões, para não dar “crédito” político ao antecessor, e assim por diante. A descontinuidade é um elemento fatal, visto que no campo do urbano e da habitação, as políticas, para terem efeito, necessitam de mais oito ou dez anos de vida. Na gestão da qual participei, propôs-se um Plano de Habitação, na forma de lei, de caráter republicano, que dava uma linha para a política habitacional. Não foi continuado, como em tantos outros casos. Nele, porém, se propunham soluções para as moradias em área central (negociação com os proprietários, desapropriação para locação social, etc.), políticas de produção de novas moradias por empresas, por mutirões autogeridos, políticas de melhoria habitacional em bairros precários e assim por diante. No Brasil, temos todo o conhecimento para enfrentar a questão, e teríamos dinheiro se a ela fosse dada a devida prioridade. Só não temos a consciência social de que isso é impreterível para sairmos da crise urbana que implode nossas cidades. Por isso, quase nada é feito.

Ocorre que, enquanto isso, só resta aos mais pobres lutarem pela moradia com os meios que têm. Muitas vezes, isso significa simplesmente ocupar áreas vazias que ainda restam nas cidades: de prédios ociosos a glebas particulares ou mesmo públicas aban-

donadas, mas também áreas públicas como praças, canteiros de obra, encostas de avenidas, etc. É verdade que não há muito discernimento quanto à segurança das áreas ocupadas, mas não se pode sempre cobrar dessas pessoas o conhecimento técnico em geologia ou engenharia para saber se são áreas de risco ou não, se são prédios estruturalmente condenados ou não. Os perigos são inúmeros, e a urbanização formal, do mercado imobiliário que atua sem quase nenhuma regulação, a cada dia impermeabiliza mais o solo, interfere mais na drenagem urbana e acentua o risco de desastres nos meses de chuva. É um círculo vicioso difícil de reverter. Além disso, o “risco” é, muitas vezes, usado como uma forma rápida e simples de “resolver” situações que possam criar problemas para o Poder Público, ou que estejam atrapalhando o inexorável avanço do mercado imobiliário. Porém, cansamos de ver áreas de “risco” que estão lá há décadas, sem que nada tenha ocorrido. Há, portanto, um enorme trabalho a ser feito na correta observação dessas situações, para uma atuação mais precisa, rigorosa, quando efetivamente necessária para preservar vidas mas, essencialmente, justa. Porque quem mora lá são pessoas, famílias que geralmente não tiveram alternativa, senão aquela para ter um lar.

A diversidade das situações faz com que, muitas vezes, mesmo que sem más intenções, não resta ao Poder Público que a alternativa de retirar pessoas em áreas de risco. Mas, muitas vezes, haveria caminhos intermediários, de negociações, prevenção, soluções paliativas que, infelizmente, não são tomadas. O Poder Público atua de forma institucional e pouco humanizada. Atua para prevenir as vidas, mas também para prevenir-se de responsabilidades. Nesse sentido, a mão do Estado é muitas vezes pesada, muito pesada. Por mais que possa haver situações em que sua atuação se justifique, por exemplo, quando famílias estão ocupando recentemente áreas públicas de grande risco, ainda assim, é rara uma atuação que seja guiada, antes de tudo, pelo respeito à pessoa e à tentativa de solução de sua situação. Até mesmo porque, muitas vezes, o Município sequer tem condições para oferecer isso. E quando se lê nos jornais que os investimentos no Programa Minha Casa Minha Vida foram definitivamente cessados, não se pode esperar que isso mude, em médio prazo.

Assim, nessa relação tensa entre a população vivendo de forma precária, o mercado e o Estado, a dimensão humana fica geralmente em segundo plano. A população esquece que por trás da “problemática” da moradia há famílias querendo apenas viver. O mercado pouco se importa se onde vê possibilidades de lucro há gente apenas querendo viver. Os juízes pouco se importam se, quando determinam reintegrações de posse, violentam famílias, idosos vulneráveis, mães com bebês, crianças em idade escolar, etc. As prefeituras esquecem, ao analisar “situações de risco” e determinar remoções, que sua ação pode quebrar rotinas de vida, duras conquistas do dia a dia (como a vaga na escola, o emprego próximo, etc.). Enfim, nessa cruel ciranda da exclusão, o que menos sobra é alguma visão humana por detrás desses falsos conflitos sociais. Falsos porque poderiam ser evitados, se houvesse de fato um esforço compatível do Estado para isso. Lembrando que este representa a sociedade que o elegeu e que, se não o faz, é porque essa sociedade não vê importância nisso.

Por isso, a atuação cada vez mais frequente de profissionais da psicologia com as famílias em situação de precariedade habitacional é bem-vinda, fundamental e portadora de esperanças de que, pouco a pouco, a sensibilização em torno da questão da moradia esteja aumentando. O acompanhamento das crianças em idade escolar que, em cortiços, favelas, ocupações, devem enfrentar uma realidade monstruosamente adversa, o atendimento a populações que sofrem, em todos os níveis e idades, o forte preconceito da estigmatização social, o apoio a mulheres que se veem forçadas a enfrentar a maternidade nas condições mais difíceis e desumanas, são alguns dos exemplos de uma atuação que, pelo avesso da ação estatal, pode ter a função primordial de preservar a integridade dessas pessoas. Melhor seria se o próprio Poder Público assumisse esse papel, ampliando a ação importante da assistência social para o campo da assistência psicológica e de saúde. Melhor seria, é claro, se todos os setores profissionais se sensibilizassem com o fato de que senão resolvermos, de forma cidadã, coletiva e urgente, o “problema” da falta de moradia, nossa sociedade implodirá. Se é que já não implodiu.

# UM CAMINHO DAS RUAS

## **Darcy da Silva Costa**

*Sou coordenador do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) de São Paulo e gestor do projeto Cisarte. Entrei no movimento em 2013 e em 2016 assumi a coordenação nacional, mesmo ano em que inauguramos o projeto Cisarte. Tenho trajetória de rua, tendo estado em situação de rua por 3 anos, e hoje luto por cidadania, direitos humanos e políticas públicas efetivas. Estou como conselheiro municipal no Conselho de Saúde e no Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, e sou membro do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para população em situação de rua na Secretaria de Direitos Humanos do município de São Paulo. Também sou membro do Comitê Nacional de Políticas Públicas para população em situação de rua do Brasil. E também estou como diretor na associação FACESP e MUHAB.*

## **Luis Eduardo Cobra Lacôrte**

*Psicólogo, Mestre em Saúde Pública, Especialista em Saúde do Trabalhador. Trabalha em incubadora de empreendimentos solidários, foi psicólogo e pesquisador do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Piracicaba, foi Coordenador do Programa de Saúde do Trabalhador de Limeira, atualmente atua como Psicólogo Clínico em São Paulo.*

O que um sujeito em situação de rua acha que a psicologia pode fazer?

A principal questão é conhecer para lutar. Os psicólogos e psicólogas conhecem os motivos que nos forçam a morar na rua? Vocês sabem de onde vem essa população? Quem é essa população?

Por que estão na rua?

E para onde queremos ir? O que precisamos?

São perguntas complexas para as quais não temos respostas prontas.

Respondê-las requer muito trabalho, dedicação e recursos para pesquisar essa população, mas além de dados, números e estatísticas é preciso não perder de vista que existe um ser humano por trás dessa situação, um ser humano que perdeu sua cidadania e busca reavê-la. Uma pessoa que perdeu a capacidade de buscar seus objetivos, mas que tem seus próprios sonhos. Além disso tudo, vale lembrar cada caso é um caso.

Essas pessoas querem ser vistas como tal, “que olhem nos meus olhos e vejam um ser humano, não um vagabundo, um marginal ou viciado”.

Somos seres humanos sem dignidade porque não temos moradia, saúde, e assistência social. Não temos tudo isso por sermos um produto social da desigualdade.

Atualmente, participo do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), do qual faço parte da coordenação nacional, atuando no município de São Paulo, maior polo econômico do País.

**Art. 1º.** O Movimento Nacional da População de Rua é a forma de organização de homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade justa e igualitária em que os direitos sejam assegurados a todos(as).

Nossa estrutura está organizada de acordo com o regimento interno do Movimento Nacional da População de rua, em coordenações, nacionais e estaduais. Em cada estado contamos com um coordenador nacional eleito pela plenária de seu estado.

Hoje a principal bandeira do Movimento Nacional da População em Situação de Rua é a “Locação Social”. Essa iniciativa visa ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda que não tem possibilidade de participar dos programas de financiamento para aquisição de imóveis, visando atender a população que não tenha interesse na aquisição da oferta, em locação social de unidades habitacionais.

“O programa de Locação Social oferta unidades habitacionais a valores acessíveis de aluguel para o atendimento prioritário e da população de baixa renda. Atualmente, o parque público de Locação Social existente conta com 903 unidades habitacionais distribuídas entre 6 empreendimentos, todos localizados em áreas próximas a região central da cidade.”<sup>1</sup>

Vale lembrar que as Políticas Públicas destinadas ao problema do direito a moradia e à cidade oferecem possibilidade apenas àqueles que têm interesse e condições para adquirir um imóvel.

---

1 <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=243291>.

Contudo, a maioria das pessoas em situação de rua, mesmo que quisesse, não teria condições mínimas necessárias para participar do “Minha Casa Minha Vida”.

Outra pauta é a Moradia Primeiro (Housing First). O programa parte do entendimento de que a primeira necessidade de quem está em situação de rua é a moradia, e de modo holístico busca construir soluções que, articuladas, aumentem a chance de solucionar casos de modo permanente. O programa já foi adotado em países como os Estados Unidos, Canadá, França, e tem se demonstrado eficaz no tangente a recorrência à situação de rua após eventual progresso, pois muitos que conseguem sair da situação de rua acabam regredindo novamente ao desamparo.<sup>2</sup>

Um problema relevante é a invisibilidade que nos é imposta como um mecanismo de defesa da sociedade. Essa invisibilidade é intencional por inúmeros motivos: não se trata apenas de deixar as ruas mais atraentes para turistas, para o comércio ou transeuntes, existem motivos mais perversos — pretendem, ao mesmo tempo, banalizar a situação de violação de direitos na qual nos encontramos, bem como tornar possível um sentimento de desresponsabilização pelo cidadão comum (todos aqueles que de alguma forma não têm seus direitos violados pela desigualdade social). Acabam, ainda, por culpabilizar a vítima, construindo uma ideia de que são seus problemas pessoais as razões que determinam a situação de rua e desamparo. Isso não é verdade: não somos vítimas, não somos culpados, somos um resultado da desigualdade social, um produto do regime econômico de uma sociedade desumana e desumanizadora.

Uma evidência dessa invisibilidade expressa pelo estado é fato do IBGE não incluir essa população no senso nacional. O movimento nacional junto a Defensoria Pública da União (DPU), Secretaria da mulher e famílias em Direitos Humanos, e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em situação de Rua (CIAMPRUA). Essas instituições vêm requerendo a inclusão dos dados no senso, bem como outras formas de levantamento de informações sobre essa população.

---

2 <http://www.projeturuas.org.br/assets/housing-first-brasil.pdf>.

Os profissionais e agentes de Saúde Pública, incluindo as psicólogas e psicólogos, podem contribuir muito e de várias formas para a causa do MNPR.

Em primeiro lugar, os profissionais da saúde podem colaborar para elaboração de estratégias para implantação de novos “*Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua*”.

Esse equipamento de Referência especializado para População de Rua contempla algumas demandas, mas não todas, tendo como objetivo “atender famílias e indivíduos nas mais diversas situações de vulnerabilidade social ou violação de direitos. As unidades do Centro POP são geralmente imóveis alugados, cedidos ou públicos. Além disso, a abordagem é distrital ou regional. Os usuários do serviço são famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos como violência física, sexual, psicológica, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros”.<sup>3</sup>

Entretanto, muitas vezes, acabam servindo apenas para cadastro do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e infelizmente acabam infantilizando o indivíduo em situação de rua por meio da abordagem que efetivamente proporcionam.

Alguns avanços foram observados por meio da tipificação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), implantação de centros pop, repúblicas, etc. Iniciativas que contemplam a autonomia da população em foco, promovendo habitação, moradia e/ou locação social. Outro avanço é observado no legislativo, por meio da Lei nº 16.544, de 06 de outubro de 2017<sup>4</sup>, dentre outras políticas estaduais destinadas à população de rua.

As principais dificuldades de organização dos movimentos sociais em defesa dessa população se referem à própria carência do sujeito em situação de rua. Muitas vezes, essas iniciativas, de um modo geral, mais se preocupam com o imediato, o assistencial, do que uma busca a médio ou longo prazo da justiça social, empoderamento e autonomia da população em situação de rua.

3 [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/creas\\_pop/index.php?p=161192](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/creas_pop/index.php?p=161192).

4 [www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2017/lei-16544-06.10.2017.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2017/lei-16544-06.10.2017.html).

Isso desmobiliza e desencoraja os indivíduos e coletivos organizados em prol da luta pelo direito à moradia e à cidade. É mais difícil ter a iniciativa de se organizar quando se está na rua, sendo assim, há necessidade de outros atores sociais colaborando na organização, garantindo impreterivelmente a participação do povo da rua nas reedificações por direitos e justiça. Nesse processo é relevante e fundamental a participação de equipamentos e instituições que trabalham junto com esse seguimento social.

A psicologia tem um papel muito importante a desempenhar junto à população de rua. O que vemos, no entanto, é que essa profissão não desempenha seu papel, estando muitas vezes a serviço de interesses das organizações que os contratam e limitam seu papel. Por vezes, acabam justificando a patologização e culpabilização do sujeito em situação de rua, ao invés de contextualizar os determinantes e condicionantes dessa expressão de desigualdade social.

A presença de um psicólogo, nas organizações e instituições, deveria ser como um grande laboratório de experimentações onde se pudesse vivenciar todas as experiências, a importância desse profissional nos movimentos representa uma oportunidade de ver de perto a dinâmica de transformação social e empoderamento. Colaborar nesse processo é muito importante, tanto para a transformação da realidade social quanto para o aprimoramento do alcance e potencial de intervenção do profissional de saúde em questão.

Os movimentos sociais estão sempre em estado de alta pressão e tensão. São, em sua maioria, formados por pessoas sofridas que precisam de cuidados justamente por estarem em situação de risco social, vulnerabilidade ou violação de direitos sociais fundamentais.

E agora José? Vamos para a Luta?

# PROLEGÔMENOS PARA A DISSOLUÇÃO DE UMA PEDRA DE CRACK NO SAPATO DO ESTADO

**Roberto Tykanori Kinoshita**

*Médico, psiquiatra. Doutor em Saúde Coletiva.*

*Professor Adjunto da UNIFESP / Baixada Santista.*

*“A democracia é a invenção constante de direitos e um dos seus maiores desafios é tratar como cidadãos aqueles que estão em maior desvantagem e construir com eles um futuro marcado pela cidadania, a autonomia e a liberdade.”*

Marilena Chaui

A questão do crack nas grandes cidades brasileiras pode ser comparada com a imagem da “pedra no sapato”. A pedra no sapato é, em si, muito pequena, mas o incômodo que causa é, por vezes, tão intenso que se torna mesmo insuportável.

Da dimensão quantitativa – O crescimento do consumo de cocaína fumada na forma “crack”, segundo Barros, teria tido um aumento de 500% no período de 2005 a 2010, porém a participação do uso do crack no conjunto do uso de substâncias permanece pequeno, variando de 0,1% para 0,5%. A dimensão absoluta da questão em termos quantitativos não é tão importante se comparada a questões relativas aos problemas relacionados a outras substâncias, em especial, se comparada com os danos individuais e sociais atribuíveis ao consumo de álcool. Estima-se que, em 2012, praticamente 53% dos brasileiros consumiam álcool, pelo menos uma vez na semana. E desta população, 59% fizeram uso de modo considerado abusivo (*binge drinking*<sup>1</sup>). Entre os homens adultos, 13,6% são dependentes de álcool e, entre as mulheres, 3,4% são dependentes de

1 Beber em *binge* é considerado beber 5 doses ou mais, no caso de homens, e 4 doses ou mais, no caso de mulheres, em uma mesma ocasião em um intervalo de até 2 horas.

álcool. Em relação à cocaína (não fumada), 1,7% teria consumido pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. E a maconha é a droga mais utilizada (menos do que álcool e tabaco ou, quer dizer, droga considerada ilícita), em que 2,8% da população teria utilizado nos últimos 12 meses.

A metáfora da pedra no sapato serve para ilustrar com um fenômeno, a tal “questão do crack”, embora de dimensões relativas pequenas, adquire relevância e valência política. Atesta a importância do problema, os milhares de sapatos dos prefeitos que anualmente na Marcha da Frente Nacional de Prefeitos, de 2011 a 2015, pautou a “questão do crack” nas suas manifestações ao governo federal em Brasília.

Por outro lado, esta mesma metáfora obscurece um fato recorrente, mas frequentemente não notado: diferentes dimensões e perspectivas estão subjacentes nas formulações sobre o problema do uso de cocaína fumada, na vulgata “crack”, o que leva a debates inconciliáveis por que, a rigor, referem-se a objetos distintos.

Das características da população usuária – **Jovens** (Idade média 30,3 anos de idade), **homens** (78,7 %), **não brancos** (79,15%), solteiros (60%), **baixa escolaridade** (4% sem nenhuma série completada; 19,49% alcançaram a terceira série o Ensino Fundamental, 57,6% chegaram entre a 4ª e 8ª série, e 16,49% alcançaram o ensino médio, que somados representam 97,6% dos usuários), **sem trabalho regular** (apenas 12,39% têm trabalho regular, com ou sem carteira assinada), e **sem moradia fixa** (46%). O tempo médio de consumo de crack é de 80 meses, ou seja **6,6 anos!** E 48,8% têm histórico de **passagem pelo sistema prisional**.

Ao contrário do que é divulgado pela mídia, o consumo de crack **não leva a uma morte rápida, nem destrói a capacidade de pensar e calcular perdas e ganhos** para as suas vidas, evidenciado pelas respostas sobre o acesso a serviços públicos.<sup>2</sup>

Esse perfil indica que esses consumidores de crack são, antes de tudo, pessoas em extrema marginalização e desprovidos de re-

---

2 Quase a totalidade dos usuários apontou que seria importante que esses serviços fornecessem um suporte básico de modo a garantir sua sobrevivência e dignidade, como cuidados básicos de saúde (97,18%) e higiene (96,73%), alimentação (96,92%), ajuda para conseguir emprego (95,57%).

curso pessoais, materiais e culturais que viabilizem a sua participação na sociedade. O consumo de crack não é nem a fonte, nem o pior dos problemas que esse grupo de pessoas tem de enfrentar.

Outro aspecto que caracteriza seu uso (fenômeno acho meio impróprio) é o consumo em via pública. Já foi aventada a hipótese de que o uso em via pública, em lugares de grande visibilidade, teria como ponto de partida uma maneira de evitar ser morto seja por traficantes, seja por policiais ou mesmo pessoas da comunidade que tentam “resolver” problemas sem a intermediação do Estado. De fato, na prática de consumo das outras drogas ilícitas, a tendência maior é pela busca da discrição e da “invisibilidade”, contrastando com a quase espetacularização do uso do crack.

Da ótica da segurança pública, pelas proporções do número de consumidores e pelo poder de compra destes e os preços praticados, não se pode afirmar que a questão do crack seja o maior dos problemas de transação de drogas ilícitas.

E daí surge a questão: por que o crack incomoda tanto?

Os modos de se compreender o problema esquematicamente são dois: uns consideram que o centro da questão está no aspecto criminal em que tráfico e consumo são os gêmeos siameses de onde derivam todos os outros problemas. Daí a visão de que a prioridade do enfrentamento deve ser feito voltado para a “causa”, por meio da ação policial e judicial e aqui os problemas de pobreza, de marginalização, de saúde são considerados “efeitos” secundários. Pode ser denominado como o paradigma da Coerção. Essa visão é também conhecida como Guerra às Drogas e, após um longo período de hegemonia, nos últimos 10 anos, por todo o mundo, começou a perder adeptos e receber muitas críticas, em função dos poucos resultados alcançados em contrapartida da enormidade de recursos despendidos. Outro efeito produzido pela coerção policial foi o enorme encarceramento de populações marginalizadas, e de modo indesejado, o fortalecimento de organizações criminosas nas prisões. Só nos E.U.A., a população prisional saltou de 300 mil indivíduos em 1972 para 2,2 milhões de presos em 2011! (STEVENSON, 2011). De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas

dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,7 milhão) e da Rússia (676 mil) (BRASIL, 2017).

E, no caso brasileiro, esse encarceramento tem ocorrido com uma população jovem, e quando relacionados ao tráfico, como portadores de quantidades ínfimas de droga.

Em contraposição, coloca-se uma perspectiva em que a ênfase deve estar pautada pela dimensão da Saúde dos indivíduos, das famílias e da população em geral. A este paradigma, podemos denominar como paradigma da morbidade-sanidade. A origem dos problemas estaria nos efeitos deletérios que acontecem a partir da interação entre as especificidades químicas de uma substância em relação com as particularidades orgânicas e psicossociais de cada indivíduo. Cada caso é um caso e os problemas relacionados a condutas agressivas, ao envolvimento em pequenos ou grandes delitos, à marginalização e à pobreza são assumidos como efeitos do uso da substância. Aqui as propostas como solução são compreendidas como “tratamento” de uma “moléstia”, e podemos dividir em dois grandes campos configurados pela concepção sobre a “moléstia”: um campo assume que se trata de problemas, sobretudo, de ordem espiritual, e o tratamento adequado seria por meio de práticas religiosas (penitências com castigos corporais, purificação pelo trabalho forçado, e adesão a uma organização religiosa), operadas em ambiente de segregação e isolamento, nas ditas comunidades terapêuticas. A outra vertente do tratamento segue o caminho biomédico-psicológico, que se orienta por teorias técnico-científicas e suas propostas são da ordem da intervenção médico-psiquiátrica e/ou psicossocial. Aqui também há dissonâncias em relação à prioridade causal, polarizando o olhar mais centrado na causalidade neurobiológica com a visada, que valoriza mais os processos psicológicos individuais e os sociais. Como consequência dessa polarização, as respostas propostas também divergem: de um lado, a aposta nas medicações e nos treinamentos comportamentais e de outro, as terapias psicológicas, a psicanálise e as ações de apoio psicossocial que buscam o fortalecimento da participação e da inclusão social com o enfrentamento dos preconceitos, a participação da vida social e cidadã.

Esses modos de conceber o problema não têm se mostrado eficazes em termos de redução ou dissolução da “pedra”. De modo sintético, são visões reducionistas que recorrem a modelos abstratos como paradigma, enquanto a vida concreta se revela mais e mais complexa a cada dia.

Ambas as abordagens do problema (seja a criminal, seja pela doença/saúde) têm em comum uma ideia de que os indivíduos precisam ser afastados da vida social para poderem ser “recuperados”. Seja pelo cárcere, pela comunidade terapêutica ou pelo hospital psiquiátrico, a segregação é assumida como principal estratégia para uma almejada futura “reintegração social”. E a história tem mostrado reiteradamente que estas propostas de suspensão temporária da vida social por meio da reclusão podem eventualmente até produzir efeitos positivos, mas na grande maioria dos casos, efêmeros e sem sustentabilidade. Ou seja, as pessoas retornam aos padrões de marginalização e consumo de substâncias iniciais. Daí surgem os inacreditáveis históricos com 20 ou 30 internações ou períodos de prisão, sem qualquer mudança nos modos de seguir a vida.

Outro tipo de desdobramento inquietante é que os custos dessas ações de segregação são extremamente elevados se comparados aos rendimentos que os próprios indivíduos conseguem auferir no seu cotidiano. Em outras palavras, pessoas muito pobres, com rendas abaixo da linha da pobreza (1 dólar por dia por pessoa que corresponderia a alimentos o suficiente apenas para repor as necessidades energéticas) custariam ao Estado centenas ou até milhares de vezes mais. Quando esses serviços são terceirizados (prisões, comunidades e hospitais) prestados por entes privados com interesses comerciais, a situação torna-se mais bizarra, pois o Estado passa a financiar empresas para cuidar de pessoas a um custo muito acima do que aquelas pessoas obtêm como renda cotidiana; e os empresários apropriam-se desses recursos enquanto os usuários seguem depauperados. A ação do Estado acaba contribuindo para alargar ainda mais o abismo que separa ricos e pobres.

Sob a égide do mercado privado, os usuários de drogas pobres transformam-se em uma mercadoria de alto rendimento para quem oferta esse tipo de serviço de segregação e, paradoxalmen-

te, quanto mais destes usuários houver, maiores lucros serão alcançados. Ou seja, acaba-se estimulando para que o problema se perpetue ou até aumente.

## **Mudança de Paradigma**

Mais recentemente, a partir da década de 2010, ganha força o paradigma da Coesão Social (UN, 2012) como quadro de referência para a compreensão dos problemas de drogas ilegais, que passa a ser impulsionado pela Junta Internacional de Controle de Entorpecentes. De modo sumário, segue um racional que assume que a magnitude dos problemas que envolvem drogas e crime para uma dada sociedade está em função inversa ao estado de coesão social em que se encontra essa sociedade. Quanto mais coesa uma sociedade, tanto mais resiliente ela será aos problemas originados no tráfico e consumo de drogas.

São apresentadas como fatores que ameaçam a coesão social:

1. **Persistência da desigualdade social:**

Quando existem desigualdades persistentes e profundamente enraizadas, alguns grupos sociais passam a acreditar que eles não têm absolutamente nenhuma perspectiva de desfrutar dos benefícios da plena participação na sociedade em geral. Diante de um futuro com oportunidades limitadas, as pessoas daquelas comunidades podem sentir-se cada vez mais alienadas da sociedade e seguir um conjunto de comportamentos prejudiciais para o indivíduo e a sociedade, em particular o abuso e tráfico de droga.

2. **Migração:**

Quando as pessoas e os grupos sociais migram de uma área para outra, o risco de que estes indivíduos e as comunidades têm de enfrentar seu sentimento de estar deslocada, de alienação da comunidade em torno e vulnerabilidade, e é mais provável que algumas pessoas recorram a formas de abuso, como forma de mitigar o seu sentimento de alienação.

3. **Transformação política e econômica:**  
As sociedades que passam por uma transformação política e econômica podem sofrer redução sensível do grau de coesão social. Quando as estruturas políticas e atividades econômicas do passado perdem a sua base e são substituídas por novas formas de atividade econômica e governança, alguns grupos sociais podem sentir-se isolados e à parte da sociedade em geral e com um sentimento de desapego das novas estruturas de governança, o que pode levar indivíduos e grupos sociais para seguir uma variedade de comportamentos sociais e pessoalmente prejudiciais.
4. **Culturas emergentes de excesso:**  
A coesão social pode ser prejudicada pelo surgimento de uma cultura do excesso. Por exemplo, certas pessoas que gostam de um alto padrão de vida podem chegar a considerar que elas não precisam mais viver sob as normas, costumes e convenções da sociedade e adotar padrões de comportamento autodestrutivos. Em algumas vezes, o abuso de certas drogas (tais como cocaína) pode simbolizar a sua vitória e superioridade social. O uso de drogas por celebridades e alguns outros personagens do mundo das artes, música e entretenimento, eventualmente, pode ser visto como um sinal de seu talento criativo e alta posição. Consequentemente, o surgimento de uma cultura de aceitação de abuso de drogas por alguns grupos sociais pode contribuir para o enfraquecimento da coesão social.
5. **Aumento do individualismo e do consumismo:**  
Em algumas sociedades, há uma crescente tendência para dar maior prioridade à satisfação das necessidades do indivíduo do que às necessidades da comunidade, além do crescente domínio do consumismo, que levam ao enfraquecimento da coesão social e ao desenvolvimento de certas formas de conduta pessoal e socialmente prejudicial pelo abuso de drogas.

6. **Variação dos valores tradicionais:**

O grau de coesão social das sociedades pode também ser gravemente afetado quando se produz uma transformação de valores tradicionais, como resultado de alterações cultural, política, econômica e espiritual, com conseqüente surgimento de um novo conjunto de valores. Como resultado dessa situação, alguns grupos sociais serão excluídos ou separados dos novos valores e mais propensos a perseguir os seus próprios interesses, independentemente dos efeitos que isso tem sobre a sociedade.
7. **As sociedades em conflito ou pós-conflito:**

Quando as sociedades estão passando por uma situação de conflito ou estão em um estágio mais tardio deste, muitas vezes há sinais claros de falência da coesão social. É possível que, em tais situações, laços sociais que antes eram estreitos e mutuamente suportados são testados e enfraquecidos. As sociedades que se recuperam de conflitos podem sofrer um vácuo de governança em que não há serviços e justiça social e as forças de segurança parecem inexistentes, enfraquecendo ainda mais a coesão social já frágil.
8. **A rápida urbanização:**

Nas sociedades em que há uma rápida urbanização, incluindo a população que se move de ambiente rural para urbano, pode haver uma redução e dissolução de muitas das formas mais tradicionais de coesão social, até mesmo um colapso dos títulos e intimidade familiar. Ela também pode levar a transgressões individuais e sociais que são mais toleradas, em conseqüência do aumento da sensação de anonimato em tais lugares.
9. **Colapso do respeito pelo direito:**

Quando surgem situações em que a população considera que o seu sistema legal é injusto, corrupto ou ineficaz, é perdida a confiança nessas leis e agências executoras. Em tais casos, há um risco real de que a população sim-

plesmente perca a esperança de que as autoridades, nacional ou local, nunca serão capazes de fazer algo para melhorar as suas condições. Políticos e funcionários públicos passam a ser vistos com suspeita e desconfiança e considerados como movidos pelo desejo de melhorar a sua situação pessoal e não a das pessoas do lugar. Tal estado de coisas pode levar gangues criminosas a serem vistas como a única autoridade viável na área.

10. A economia local com base em drogas:

Nessas comunidades, o negócio da droga ilícita ganha tal impulso que pode substituir na prática a economia legítima, de modo que essa cultura pode ser autossustentável, porque ele imprime sobre os habitantes das respectivas zonas uma identidade distinta que cada vez mais se afasta da sociedade em geral.

Essa proposta de compreensão traz como novidade a constituição de um olhar enquanto sociedade ou como a *polis* na Grécia antiga, ou um olhar sistêmico não reducionista. Multiplicidade de efeitos e problemas, muitas vezes combinados, de tal sorte que são cruciais para a vida das pessoas que fazem parte dessas comunidades.

Desde o ponto de vista urbanístico, a existência de um aglomerado de pessoas que obstaculiza e, praticamente, bloqueia a passagem, tanto de pedestres quanto de veículos pela rua, gera, antes de tudo, um bloqueio dos fluxos de pessoas, bens e mensagens que configuram a vida social normal. Se essas pessoas são, na sua grande maioria, visivelmente maltrapilhas, emagrecidas, desdentadas, negras, pardas, travestis pobres, em suma “feias, sujas, negras e barbadas”, este aglomerado de pessoas desencadeia sentimentos de repulsa, medo, comiseração e raiva nos demais cidadãos. Há a desmoralização do gestor de plantão, há a atemorização da vizinhança pela sensação de anomia, ocorrem os furtos e assaltos, há as brigas e contendas por farrapos e trapos. Há a sujeira que escurece a paisagem e o azedume dos odores. À extensão do território ocupado, embora delimitado e nuclear, o alcance do efeito de mal-estar difunde-se por toda a cidade. Esse bloqueio já não remete mais à imagem da

“pedra no sapato”, mas a imagem da “pedra nos rins”, isto é, embora muito pequena, tem o poder de desencadear espasmos no corpo que são percebidas como dores extremamente intensas.

Essa abordagem por meio de um olhar metassistêmico traz para à berlinda o que era tão visível e ao mesmo tempo não percebido. Estamos diante de uma população que “vive na rua”. A questão desde o ponto de vista da *polis* não é mais o fato de que pessoas usam drogas – mas o problema é que uma parte significativa de cidadãos é muito pobre e vive à margem das convenções da sociedade. Não se consegue compreender essa pobreza apenas pelo recorte econômico, mas requer um escrutínio dos mecanismos de produção das fontes morais que fazem com que se perpetue:

...a reprodução continuada de uma classe condenada a ser “corpo” sem alma ou mente (ou seja, uma forma de “indivíduo racional” aproveitável econômica e politicamente) que podemos também temê-la e persegui-la cotidianamente como delinquentes ou delinquentes potenciais. É apenas por serem percebidos como meros “corpos”, numa sociedade que valoriza a disciplina e o autocontrole acima de tudo, é que essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto da ‘polícia’, e não da ‘política’ (SOUZA, 2009, p. 122).

Essa população que está pelas ruas das grandes cidades é, de fato, uma questão da *polis*.

E a partir dessa visão podemos retomar a “questão do crack” fazendo uma revisita à experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo, denominada Programa “De Braços Abertos”, e reanalisando os seus resultados (GARCIA; KINOSHITA; MAXIMIANO, 2014).

As várias ações intersetoriais articuladas pelo Programa De Braços Abertos (DBA), que envolvem ações das áreas da saúde, da assistência social, do trabalho, da educação, da habitação, que podem ser compreendidas como atualização de parte dos direitos sociais inscritos no art. 6º da Constituição Federal que, em tese, deveriam ser asseguradas pelo Estado, conseguiram produzir efeitos bastante positivos. Destacando que apenas a permanência de grande maioria dos beneficiários por um período superior a dois

anos demonstra que é possível uma ação pública que vise a efeitos mais duradouros e estruturantes.

As experiências norte-americanas e canadenses que se organizaram pelo conceito de *Housing First* ou “moradia em primeiro lugar” foram elaboradas como alternativa e contrária à lógica do “tratamento em primeiro lugar” (*Treatment First*). Partindo inicialmente de uma análise crítica das políticas voltadas a enfrentar o problema das populações de rua, que seguiam uma racionalidade por etapas de adesão e cumprimento de exigências para se atingir uma moradia estável, com resultados negativos, tendo a maioria das pessoas desligada dos programas logo nas primeiras etapas, buscou-se de modo pragmático inverter o processo e ofertar a moradia antes de tudo e sob um mínimo de exigências. Essas propostas ganharam credibilidade desde os primeiros resultados, que demonstrou que mesmo pessoas com longo período nas ruas seriam capazes de cumprir o contrato mínimo estabelecido por período de até dois anos de estudo. Daí outras iniciativas passaram a ser avaliadas e associaram essa questão com outras, como as de abuso de álcool e drogas, além de outros problemas mentais.

Essas políticas têm sido estudadas e avaliadas (PADGETT, 2006; PADGETT, 2011) e trazem fortes evidências de que também trazem vantagem em efeitos positivos sob o aspecto dos problemas de abuso de álcool e drogas, comparados com a abordagem tradicional.

Outro ponto a ser destacado é que a viabilização de uma moradia vai ao encontro de outras políticas voltadas para a superação da pobreza. Na Inglaterra, apesar de as políticas de moradia serem bastante difusas, observou-se que a avaliação da pobreza da população tem variação muito grande quando se faz o cálculo antes e depois de descontados os custos com a moradia. Isto é, depois de descontados os custos de moradia, há um aumento significativo da população considerada pobre. Em Londres, o grupo de pobres chega quase a dobrar (TUNSTALL, 2013).

Esse desafio, colocado para os gestores de políticas públicas para populações em extrema desvantagem, leva a uma concepção de política voltada para “Moradia Solidária” (*Supportive Housing*), isto é, moradia associada a outras ações de apoio (saúde, educação, emprego, serviço social).

Com mais de 50 mil unidades de habitação solidária, Nova York continua a liderar a nação no fornecimento de uma solução permanente para os sem-teto. Oferecendo uma ampla gama de projetos e serviços, os provedores sem fins lucrativos de Nova York desenvolveram uma ampla base de conhecimento nos campos de desenvolvimento, gerenciamento e prestação de serviços. Como resultado, a habitação de suporte possui taxas de retenção de inquilino notavelmente altas. A capacidade de organizações sem fins lucrativos para alavancar descobertas privadas e públicas permitiu que eles ofereçam a solução mais econômica para os sem-teto, atualmente disponível. Os projetos de habitação de apoio em Nova York fornecem acomodações e serviços seguros, estáveis e de alta qualidade para uma grande população que, de outra forma, acabariam em ambientes institucionais mais caros, como abrigos congregados, prisões ou instituições públicas. Na cidade de Nova York, o custo operacional diário médio de uma unidade de alojamento de apoio é de US \$ 46, em comparação com um dia em um abrigo (\$ 68), prisão (\$ 129), um hospital psiquiátrico (US \$ 467) ou um hospital comunitário (US \$ 755) (números de 2002).<sup>3</sup>

Essa direção coloca uma reflexão no campo dos direitos. Aquele conjunto de direitos expressos no art. 6º da Constituição, no texto, não guardam relação hierárquica. Habitualmente diz-se que a Saúde seria o direito primário, sem o qual os outros direitos não poderiam ser exercidos ou usufruídos. No entanto, a história das políticas voltadas para o enfrentamento da pobreza e das populações sem-teto indica que a questão da moradia exige maior prioridade.

Para o desenvolvimento de uma vida civilizada, a atualização do direito à moradia passa a ser primordial para que os outros direitos possam ser exercidos. Sem uma moradia estável e segura, qualquer esforço ou investimento para adquirir bens (materiais e imateriais) tende a ter um resultado efêmero e limitado (e sem sentido para quem já está no limite e não tem como mantê-los). Assim é com a saúde, com o conhecimento, com os valores so-

---

<sup>3</sup> <https://shnny.org/learn-more/what-is-supportive-housing/history-of-supportive-housing>.

ciais, com a cultura. Para além das necessidades de sobrevivência, que na prática estão resolvidas mesmo para a população sem-teto, o desenvolvimento das bases para uma vida civil supõe essa moradia. Apenas com um lugar próprio de referência, o indivíduo pode adquirir bens de modo cumulativo e sustentável para assumir participar do jogo social como um cidadão.

Corroborando com o exposto, a experiência do DBA mostrou que é possível, em curtíssimo tempo, deslocar grandes grupos para moradias minimamente equipadas e que este foi o fator diferencial decisivo para que aquelas pessoas aceitassem participar de um programa público. Nos anos anteriores foram feitas inúmeras ofertas de ações de saúde, serviço social, tratamento em clínicas, com aceitação praticamente nula por parte daquelas pessoas. E após esse movimento inicial para os hotéis, as outras ações (trabalho, saúde e serviço social) passaram a adquirir aderência. Os efeitos em termos de segurança pública na região foram os primeiros e mais imediatos a serem registrados pela Polícia Militar. As outras ações apontaram que a progressão dos resultados é mais lenta, mas demonstrável após 2 anos.

Diante das limitações de recursos que o gestor público precisa lidar, vai se tornando evidente que políticas habitacionais voltadas para “moradias solidárias”, bem distintas de financiamento para a transferência de propriedade, podem ser o melhor investimento tanto para o curtíssimo prazo quanto para uma política sustentável de longo prazo. Assim, o Direito à Moradia estável e segura precisa ser pautado como a prioridade Zero para a dissolução da pedra de Crack. O caminho inverso tem sido percorrido há longo tempo e é inevitável o sentimento de frustração e a sensação de desperdício.

## Referências

BARROS, Francisco. Comunicação pessoal, relatório de pesquisa da FIOCRUZ para o Ministério da Saúde.

BRASIL, 2015. “Relação entre drogas e população carcerária é tema de debate em Brasília”. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/relacao-entre-drogas-e-populacao-carceraria-e-tema-de-debate-em-brasilia>>. Acesso em: 02 jul 2019.

GARCIA, L.S.L; KINOSHITA, R.T.; MAXIMIANO, V. Uma perspectiva social para o problema do crack no Brasil: implicações para as políticas públicas, p. 147-157. In Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

PADGETT, D. K. et al. Substance Use Outcomes Among Homeless Clients with Serious Mental Illness: Comparing Housing First with Treatment First Programs in Community Ment Health J. April, 2011; 47(2): 227–232.

PADGETT, D. K. et al. Housing First Services for People Who Are Homeless With Co-Occurring Serious Mental Illness and Substance Abuse in Research on Social Work Practice, January 2006.

SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive / Jessé Souza; colaboradores. André Grillo... [et al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STEVENSON, Bryan (2011). Drug Policy, Criminal Justice and Mass Imprisonment. First Meeting of the Commission Geneva, 2011. Disponível em: < [http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp\\_v1/pdf/Global\\_Com\\_Bryan\\_Stevenson.pdf](http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Com_Bryan_Stevenson.pdf)>. Acesso em: 02 jul 2019.

TUNSTALL, B. et al. The links between housing and poverty: an evidence review. Joseph Rowntree Foundation, 2013.

UN, 2012. United Nations: International Narcotics Control Board, Report of the International Narcotics Control Board for 2011 (E/INCB/2011/1), Social Cohesion, Social Disorganization And Illegal Drugs, p1-7, Vienna, January 2012.







Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

Distribuição gratuita  
Venda proibida